

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE LAGOA

RELATÓRIO

NOVEMBRO DE 2007

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE LAGOA**RELATÓRIO**

Índice do Relatório	Pág^a.
1. Situação Existente . Caracterização e Diagnóstico	1
1.0. Evolução da Ocupação Urbana . Apontamento Histórico	1
1.1. Enquadramento e Acessibilidade	2
1.2. Espaço e Ambiente Físicos	2
1.3. Estrutura Urbana	2
1.4. Património Cultural	9
1.5. Ruído . Mapas de Ruído	12
1.6. Demografia	12
1.7. Caracterização Sócio-Económica da População	16
1.8. Alojamentos e Edifícios	17
1.9. Funções	18
1.10. Fontes Estatísticas	22
1.11. Projecções Demográficas	23
1.12. Infraestruturas Instaladas	27
2. Área de Intervenção e Condicionamentos	31
2.1. Factos Intervenientes no Ordenamento Urbano	31
2.2. Condicionamentos Físicos e Paisagísticos	32
2.3. Área de Intervenção	33
2.4. Condicionantes na Área de Intervenção	34
3. Proposta de Plano	35
3.1. Ordenamento	35
3.2. Zonamento	35
3.3. Programação de Equipamentos de Utilização Colectiva.....	40
3.4. Estrutura Ecológica Municipal Urbana	50
3.5. Ruído . Mapas de Ruído	53
3.6. Infraestruturas	53
3.7. Faseamento	56
3.8. Execução	56

Índice das Peças Desenhadas	Escala
Des. 1 - Zonamento	1/5.000
Des. 2 - Condicionantes	1/5.000
Des. 3 - Localização e Enquadramento	1/25.000
Des. 4.0. - Situação Existente . Uso dos Edifícios	1/2.000
Des. 4.1. - Situação Existente . Número de Pisos dos Edifícios	1/2.000
Des. 4.2. - Situação Existente . Estado de Conservação dos Edifícios	1/2.000
Des. 5 - Relevo	1/5.000
Des. 5.1. - Análise Biofísica - Hipsometria	1/5.000
Des. 5.2. - Análise Biofísica - Fisiografia	1/5.000
Des. 5.3. - Análise Biofísica - Declives	1/5.000
Des. 5.4. - Análise Biofísica - Exposições	1/5.000
Des. 6.0. - Infraestruturas - Abastecimento de Água	1/5.000
Des. 6.1. - Infraestruturas - Drenagem de Águas Residuais	1/5.000
Des. 7 - Faseamento	1/10.000
Des. 8 - Carta da Estrutura Ecológica Urbana	1/5.000

Documentos Anexos:

- Mapas de Ruído
- Extractos do P.D.M. e Alterações ao P.D.M.
- Programa de Execução das Intervenções e Meios de Financiamento

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE LAGOA**FICHA TÉCNICA**

José Conceição Dias	Arquitecto (Urbanismo)
José Machado Torres	Arquitecto
Maria José Fonseca	Arquitecta
Jerónimo Buxo Rijo	Eng.º. Civil
Fausto Hidalgo do Nascimento	Arqt.º. Paisagista
Helena Correia	Geógrafa
José Morais	Jurista
Manuel Alexandre	Eng.º. Electrotécnico
Fernando Ruivo	Eng.º. Electrotécnico (Ruído)
Gonçalo Ruivo	Eng.º. Electrotécnico (Ruído)

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE LAGOA
RELATÓRIO

1. SITUAÇÃO EXISTENTE . CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

1.0. Evolução da Ocupação Urbana. Apontamento Histórico

A área que corresponde hoje à Cidade de Lagoa e sua envolvente terá sido, em tempos remotos, bem diferente. Duas lagoas, de água limpa, potável e povoadas de fauna comestível, envolvidas por encostas com boa exposição solar, espaço arável e caça, constituíram local com boas condições para a fixação humana nos seus primórdios.

Nesta área, ao longo dos tempos, o habitat humano modificou-se obviamente em função do desenvolvimento cultural, social e económico, mas também e sobretudo pela incidência de fenómenos naturais resultantes de significativas alterações climáticas e da forte sismicidade que transformaram a paisagem e a obra humana.

Lagoa foi um aglomerado rural cuja importância demográfica e sócio-económica atravessou a presença árabe e se manteve após a reconquista, embora essa importância, apesar do seu peso relativo na região ser grande, não tivesse o devido reconhecimento histórico, dada a sua dependência administrativa de outros centros com outro prestígio, como Silves.

“O terramoto de 1755 destruiu por completo o lugar e a sua história material”.

A zona identificada no plano, como Unidade Habitacional Consolidada (HBC 1), delimita um espaço que integrará a parte abrangida pela reconstrução e conseqüentemente a parte visível mais antiga, da Cidade de Lagoa. A irregularidade dos arruamentos e das malhas por eles formadas, assim como as proporções da massa edificada, reporta-nos à imagem dos aglomerados rurais medievais.

Embora a reconstrução de Lagoa pós terramoto de 1755 tenha originado uma povoação necessariamente diferente, esta reconstrução com reduzidos meios, teria bebido da memória do seu passado recente e sofrido a influência de novas necessidades e de novos modelos.

Lagoa ascende a Vila em 16 de Janeiro de 1773.

A expansão da vila para Poente e para Sul (Área identificada no plano como HBR1) corresponde a uma fase de desenvolvimento até princípios do Século XX. O tecido urbano obedece a um desenho mais regrado e afunila-se no vértice dos principais eixos de relação viária de então, com Estombar/Portimão para Poente, Porches/Faro para Nascente e de Silves para Norte.

A rectificação do troço de Lagoa da principal via de comunicação longitudinal do Algarve (EN 125), para Sul, evitou o atravessamento da Vila e constituiu o seu limite Sul durante um período relativamente curto. À construção da Adegas Cooperativas de Lagoa a Sul da EN 125, seguiu-se-lhe uma pequena área habitacional.

O Parque Municipal de Exposições e Feiras veio atribuir um uso dominante a esta área, ligada às actividades económicas.

A expansão habitacional recente dá-se para Nascente e para Poente, a Norte da EN 125 (Áreas identificadas no plano como HBC2 e HBC4).

Lagoa ascende a Cidade em 19 de Abril de 2001.

Fonte: História do Concelho de Lagoa de Rossel Monteiro Santos (2 volumes), editado por Edições Colibri e Câmara Municipal de Lagoa (2001).

1.1. Enquadramento e Acessibilidade

A Cidade de Lagoa, sede de Concelho, ocupa a área central do Concelho de Lagoa e encontra-se historicamente equidistante de Silves e Portimão, cidades com as quais tem mantido uma forte relação de dependência.

Com a conclusão da A22 (Via do Infante) a Cidade de Lagoa é servida directamente por auto-estrada a partir do nó de Silves-Lagoa. O acesso ao IP 1 (itinerário que liga Valença à Cidade de Vila Real de Santo António) faz-se através da A22 e em alternativa pela EN 125.

Com a construção das auto-estradas A2 e A22 ficou estabelecida a principal acessibilidade ao IP 1, isto é, ficou estabelecida a comunicação rodoviária operacional com o exterior.

Para Poente na direcção de Sines, prevê-se o estabelecimento do IC 4 no sentido de melhorar esta ligação. Actualmente paralelamente à A22 usufrui-se de um novo traçado da EN 125 até Portimão, do antigo traçado da EN 125 até Lagos e da EN 120 Lagos/Sines.

1.2. Espaço e Ambiente Físicos

O espaço físico ocupado pela área urbana da Cidade de Lagoa possui cerca de 152 ha. A Cidade teria tido a sua génese num cabeço que atinge a cota de 59,80 m e escorreu para as vertentes do quadrante Sul e Nascente, ultrapassou a EN 125 na direcção das áreas planas a Sul à cota 33,30 m.

As áreas urbanas mais antigas e as expansões para Norte e Poente assentam em formações do Miocénico enquanto a expansão para Sul assentam em depósitos modernos (holocénico). Embora as primeiras tenham em geral boa capacidade de carga as segundas apresentam as de menor capacidade de carga do Concelho. A construção em qualquer dos casos e especialmente nesta segunda formação, deve atender a estudos geológicos e geotécnicos específicos e localizados.

Lagoa situa-se numa zona de intensidade sísmica bastante elevada, as estruturas de novas construções atenderão necessariamente a este facto.

As áreas habitacionais existentes e aquelas para onde se prevê a expansão habitacional (Norte de Lagoa) possuem boa exposição solar e declives pouco acentuados.

As áreas húmidas dos aluviões a nordeste da área urbana de Lagoa, incluídas no perímetro de rega, possuem uma componente da sua drenagem, constituída por valas que se implantam em terrenos já em parte ocupados por construções urbanas designadamente a Fatacil.

O clima possui características temperadas da faixa do Barlavento Algarvio, sofrendo a influência do mediterrâneo e da costa atlântica.

A precipitação média corresponde entre 400 a 500 mm por ano, sendo o número de dias com precipitação, da ordem de 1 mm, entre 75 e 100 dias por ano.

A humidade média de ar (9 h. TMG) situa-se entre 80 e 85%.

A temperatura média diária de ar situa-se entre 15 e 17,5° C.

A insolação é superior a 3.100 horas/ano.

1.3. Estrutura Urbana

A Cidade de Lagoa possui uma raiz eminentemente rural. Surge num local estratégico para a fixação humana em solo neutro na proximidade dos solos agrícolas produtivos. A componente agrícola do Concelho com reflexos na urbe é dominante até ao advento do turismo (década de 60).

Na década de 90 ainda se preconizava a expansão do sistema de regadio Silves, Lagoa, em Lagoa, dando continuidade aos avultados investimentos já instalados. No entanto

verificava-se já uma ocupação com características urbanas do espaço integrado no perímetro de rega com cerca de 35,6 ha.

Com o turismo como principal motor, emergem o comércio sofisticado, as grandes superfícies e algum comércio especializado pontuando os segmentos arrastados pela construção civil. Implantaram-se serviços, pessoais e a empresas, e desenvolveu-se um polo de actividades económicas a Sul da EN 125 integrando a Fatacil e tendencialmente a expandir-se nos terrenos planos ainda integrados no perímetro de rega.

A Cidade de Lagoa não foi seleccionada como local de veraneio, o seu papel surge mais como retaguarda de apoio estratégico às actividades turísticas que se implantaram no Concelho junto à orla costeira.

A Cidade de Lagoa possui uma vertente predominantemente habitacional de residência permanente a Norte da EN 125 e outra predominante virada para as actividades económicas a Sul. Não possui local que se possa designar por centro, distinguindo-se três pólos mais especializados: pólo administrativo na zona que envolve as instalações centrais da Câmara; pólo comercial que inclui e envolve as ruas 25 de Abril e da Liberdade; pólo de actividades económicas nas imediações do Parque Municipal de Feiras e Exposições.

O troço da EN 125 que atravessa a cidade na direcção Nascente-Poente, já foi variante e limite físico a Sul. Hoje mantém a sua função principal de atravessamento com três nós de distribuição afastados entre si cerca de 500 m. Estes três nós distribuem o tráfego para Norte de Lagoa para uma rede de capilares sem grandes possibilidades de hierarquização em termos geométricos. Para Sul estes nós comportam um tráfego mais direccionado: o nó Poente na direcção de Estombar, Parchal e Ferragudo, o nó central privilegia o acesso ao Carvoeiro e o nó Nascente o acesso ao parque municipal de feiras e exposições e à zona de serviços.

A dualidade de funções desta via, com semáforos nos três nós, é causadora de grande congestionamento em períodos de ponta.

Esta via tem sido um elemento determinante na deslocação automóvel de e para Lagoa. A cidade têm-se reestruturado em função desta via na medida em que se expande para Sul, retira dela os aspectos positivos da sua função rodoviária e simultaneamente provoca o aumento do seu papel como barreira física que limita as relações Norte-Sul.

Com a construção da A22, subtrai-se à EN 125 muito tráfego de passagem mas exacerba-se o seu papel de via distribuidora.

Para facilidade de referência da caracterização da Cidade, procedeu-se à demarcação dos espaços urbanos diferenciais que poderão vir a constituir-se como unidades operativas de planeamento e gestão. A área urbana consolidada foi dividida em 9 unidades, referenciáveis pelas suas características urbanas e locativas.

Unidade HBC1 (Habitacional Consolidada)

Esta unidade é constituída por um núcleo com uma estrutura urbana com características medievais, quer no sistema e geometria dos arruamentos quer na morfologia da maioria das construções. Sabendo-se que o terramoto de 1755 arrasou quase por completo esta área, é provável que na reconstrução que durou pouco mais de duas décadas, se tivesse adoptado, por razões da estrutura da propriedade, a composição pré-existente dos anteriores assentos.

A construção popular, por mimetismo adoptou a construção anterior que correspondia aos saberes da época. A arquitectura mais erudita, verificável nalgumas construções mais abastadas, teria absorvido principalmente a corrente pombalina.



Algumas destas construções ainda conservam, agora com outros usos, a compartimentação rural, com a habitação principal, habitação secundária, armazenagem de alfaias e produtos da terra e nalguns casos adega e cavalaria.



Esta área é diferenciável do restante tecido urbano:

- Pela estrutura e morfologia urbana
- Pela existência de elementos arquitectónicos com interesse
- Pela existência de conjuntos construídos com interesse
- Pela existência de um ambiente urbano consolidado com uma escala característica dos aglomerados do Sul.

Nesta zona existem alguns edificios relativamente recentes, decorrentes de substituições que se destacam pelo seu volume pontuando o espaço nalguns casos com dissonâncias. Surgiram em locais onde o R.G.E.U. e a inexistência de outros instrumentos de planeamento permitiram tal actuação. Com a entrada em vigor do P.D.M. teria sido alterada a filosofia de renovação urbana nesta área e assiste-se à recuperação de algumas construções degradadas.

Verifica-se a existência nesta unidade, de construções em ruínas ou em mau estado que carecem de recuperação ou mesmo de substituição.



A circulação automóvel e o estacionamento carecem de compatibilização. Esta unidade deverá ser tratada, com uma dinâmica balizada que preserve a imagem fundamental da estrutura, com os seguintes fundamentos:

- Interesse cultural como testemunho da evolução histórica da Cidade.
- Como factor de identidade da Cidade.
- Como factor de atracção turística.

Unidade HBR1 (Habitacional com Renovação)

Nesta unidade, a imagem construída, em geral assemelha-se à Unidade HBC1, porém a estrutura é mais recente, com um sistema de arruamentos e geometria mais ortogonal e homogénea.

Em parte desta zona, a Nascente, com a forma triangular, existiu uma clara intenção de hierarquização da rede viária, o eixo principal (Rua Mouzinho de Albuquerque) possui uma plataforma com cerca de 12 m de largura enquanto para vias que lhe são paralelas as plataformas não ultrapassam os 6 m.

A Rua 25 de Abril, corresponde a um eixo comercial, em parte pedonal e faz a transição entre esta zona e a Unidade HBC1.

A unidade está marcada por uma filosofia de renovação urbana que tinha como limite, a cêrcea admitida pelo R.G.E.U.

Esta prática está patente na Rua 25 de Abril e surge noutros locais onde o arruamento permitiu maior altura. Utilizada pontualmente conduziu a algumas imagens insólitas.



Com o mesmo critério de renovação, esta unidade estende-se para Poente ao longo da Rua da Liberdade e Ernesto Cabrita. Talvez pelas expectativas criadas esta unidade é a que apresenta no seu conjunto uma imagem mais degradada.



No que respeita ao trânsito automóvel e estacionamento assemelha-se à Unidade HBC1, com problemas de circulação e grandes carências de estacionamento.

Unidade HBC2

Corresponde a uma expansão contemporânea para Nascente de Lagoa e é composta por dois registos diferentes de ocupação. A Norte e com cerca de três décadas implantaram-se cooperativas de habitação económica com desenho urbano de edificações concentradas dominando as construções em dois pisos.

A Sul, ao longo da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro a opção foi oposta. Adoptou-se a construção isolada em altura (6 pisos).

Unidade HBC3

Nesta unidade está consumada a renovação urbana recente. Trata-se de uma zona com forte vivência onde se concentraram equipamentos como o terminal rodoviário, as piscinas e polidesportivo coberto.

Unidade HBC4

Área de expansão recente para Poente, com alvarás com pouco mais de uma década, ainda em preenchimento.

Nesta área instalou-se o Centro de Saúde e estão programados outros equipamentos tais como: auditório municipal, posto da G.N.R., jardim público e Escola de Segurança Rodoviária.

Unidade HBC5

É um conjunto habitacional periférico de moradias isoladas que ficou encaixada entre a EN 125 (antigo traçado) e o novo troço. A relação viária desta unidade com a restante Cidade faz-se exclusivamente pelo nó Poente na EN 125.

Unidade HBC6 e AECl, AER1 e AER2

A ocupação com construções da área a Sul da EN 125, teria começado por edificações afins com a agricultura como as adegas e outras instalações de apoio. Seguiram-se-lhe equipamentos desportivos, equipamentos de infraestruturas, transformação de armazéns em espaços de serviços, instalação de oficinas relacionadas com a construção civil, o Parque Municipal de Feiras e Exposições e entremeadado com isto, loteamentos urbanos habitacionais e de serviços.

No seu conjunto é uma área pouco assumida nas suas novas funções e cuja estrutura resulta do desenho cadastral pré-existente.

Unidade AEC2

Esta área, a Norte da EN 125, no extremo Nascente da área urbana de Lagoa é constituída na totalidade por superfícies comerciais, com um estatuto semelhante aos anteriores.

1.3.1. Áreas com ocupação urbana e outros usos não agrícolas, sobrepostas às áreas da AHSLP

Constata-se que em datas posteriores à da implantação definitiva, em 1956, das Áreas de Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão (AHSLP), foram ocupadas áreas deste AH, por construções urbanas que com o P.D.M. de Lagoa vieram a integrar o perímetro urbano existente e por outras construções, com usos não agrícolas, que naquele P.D.M. foram mantidas em solo rural.

Face às características destas ocupações não agrícolas em solo rural, e aos objectivos do município, o presente plano propõe a sua integração no perímetro urbano da Cidade de Lagoa, ressalvando que nos termos sujeitos ao Regime Jurídico das áreas AHSLP, deverão as parcelas em causa, ser excluídas das AH.

As áreas sobrepostas ao AHSLP foram identificadas e quantificadas no ponto 2.4. deste relatório.

1.4. Património Cultural

O património cultural é constituído pelos elementos edificados e naturais que pelas suas características, se assumem como valores de reconhecido interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social.

No âmbito do Plano de Urbanização registam-se os valores patrimoniais imóveis.

- Património Cultural Arquitectónico

Os elementos registados, ainda não classificados nem em vias de classificação, localizam-se na zona mais antiga da Cidade de Lagoa, zona delimitada e designada por HBC 1 (Zona Habitacional Consolidada).

Destes elementos destacam-se:

- A Igreja Matriz de Lagoa, Nossa Senhora da Luz
- O convento e Capela de S. José
- A Igreja de Nossa Senhora da Visitação ou da Misericórdia

Os elementos destacados foram cartografados na Planta de Condicionantes e de Zonamento.

Nesta mesma zona, registam-se outros elementos, na fronteira do valor arquitectónico e arqueológico que carecem de estudo, em sede de Planos de Pormenor de conservação, reconstrução e reabilitação urbana (salvaguarda), tendo como objectivo a sua localização, identificação e posterior classificação se for caso disso.

Os elementos dos quais existem registo e que não foram cartografados são os seguintes:

- Ermida de Nossa Senhora do Pé da Cruz. Local onde foi edificado os Paços do Concelho.
- Capela do Espírito Santo, na Rua do Espírito Santo. Destruída pelo terramoto de 1755.
- Antigo local do Pelourinho.
- Passos da Paixão na Rua C. João Bernardo.
- Casa e portas manuelinas, na Rua Alexandre Herculano, Rua do Saco, Rua Teófilo Braga, Rua Dr. Sebastião Pinto, T. Entre a Rua António Pinto e a Rua Coronel Figueiredo, T. Perpendicular à Rua Visconde de Lagoa, Rua Pinheiro Chagas e Rua Eça de Queiroz.
- Casa da família Pessanha, na Rua Comendador Teófilo Trindade.

- Património Cultural Arqueológico

Do património arqueológico existem registos de elementos, localizados na carta do património arqueológico que se segue, dos quais foram reportados a este Plano de Urbanização e localizados nas Plantas de Condicionantes e de Zonamento os seguintes sítios arqueológicos e a envolvente área de dispersão de vestígios:

- Bemposta, Mesolítico e Neolítico (Estação de Ar Livre)
- Bemposta, Alcaria Islâmica
- Lobite, Neolítico
- Lagoa (Vestígios diversos)
- Convento e antiga cerca de Nossa Senhora do Carmo (Séc. XVI)
- Vala (Séc. XVI)
- Lagoa fóssil
- Paisagem antropizada associada à lagoa
- Núcleo antigo (Zona HBC 1)

O registo destes elementos de valor cultural, contém também uma chamada preventiva, abrangendo por isso não só os elementos que claramente se integram na área de intervenção do Plano de Urbanização, como alguns elementos periféricos próximos.

Plano de Urbanização da
Cidade de LAGOA
Património Arqueológico



- ★ Sítios arqueológicos
 -  Vala
 -  Áreas de dispersão de vestígios (aprox.)
 -  Núcleo medieval (HBC1)
 -  Paisagem antropizada associada à lagoa
 -  Lagoa fóssil
 -  Área de intervenção
- 

1.5. Ruído . Mapas de Ruído

As condições acústicas observadas em 2003 resultam essencialmente da circulação automóvel na rede viária existente, não tendo sido identificadas outras fontes ruidosas (em anexo, Mapas de Ruído).

1.6. Demografia

A questão demográfica está na base de toda a programação. De facto, quaisquer que sejam as orientações de planeamento e a estratégia definida para uma área, o caminho tomado tem na sua raiz os habitantes.

Como motor de crescimento e definidora do potencial humano endógeno, a população é, na sua relação com o espaço, o princípio e o fim do ordenamento territorial.

Deter-nos-emos agora na caracterização da imagem demográfica actual da freguesia, assim como na sua evolução populacional recente. Numa outra fase se procederá à avaliação destas questões para o horizonte do plano.

Quanto à unidade espacial de análise - como se sabe, poucos dados indexados especificamente às áreas urbanas existem - recorre-se frequentemente à freguesia; sempre que possível¹, consideram-se os valores da Cidade de Lagoa como coincidentes com os da localidade da freguesia no intervalo 2000 - 4.999 habitantes.

1.6.1. Evolução da População

O conhecimento das tendências passadas ajuda, quando cuidadosamente usado, à avaliação das tendências futuras.

Antes de mais, apresentemos os valores absolutos de crescimento anual das últimas décadas e as respectivas taxas. Primeiro os números da freguesia:

Variação da população da freguesia de Lagoa

Período	Pop.resid.	Var.bruta	Var.relative	Taxa anual
1960-1970	5460	-455	-7,7	-0,8
1970-1981	6349	889	16,3	1,5
1981-1991	4700	-1649	-26,0	-2,6
1981-1991(*)	6705	356	5,6	0,6
1991-2001	6063	1363	29,0	2,9

(*) Valores calculados considerando a freguesia de Carvoeiro

Fonte: INE, Censos '91

O inesperado decréscimo populacional registado entre 1981 e 1991 na freguesia de Lagoa deveu-se somente, e segundo o próprio PDM, à criação em 1985 da freguesia de Carvoeiro. Esta nova circunscrição administrativa veio retirar parte do território da antiga freguesia de Lagoa. A freguesia, que até então acompanhava o crescimento do concelho viu, desta forma, esta tendência alterada artificialmente.

Poder-se-á dizer, em jeito de interpretação, que a freguesia de Lagoa, a apresentar alguma tendência, será de uma oscilação que acaba por resultar num crescimento lento e moderado, mas positivo no período em causa. No último decénio registam-se valores que revelam um dinamismo demográfico considerável.

¹ De acordo com a estrutura de dados do INE.

Vejamos agora, dentro do mesmo modelo, o crescimento populacional da Cidade:

Varição da população da Cidade de Lagoa

Período	Pop.resid.	Var.bruta	Var.relative	Taxa anual
1960-1970	2513	129	5,4	0,5
1970-1981	3032	519	20,7	1,9
1981-1991	3483	451	14,9	1,5
1991-2001	4839	1356	39	3,9

Fonte: PDM Lagoa

Três conclusões são possíveis: a Cidade de Lagoa foi fundamental para o quantitativo demográfico da freguesia (cerca de 4/5 da população residem na cidade); o aumento populacional é mais intenso no centro urbano do que na envolvente; a taxa anual registada no decénio 1991-2001 patenteia um sólido crescimento populacional da cidade nos últimos anos.

Quer a taxa de crescimento da cidade, quer mesmo a da freguesia são superiores à do concelho de Lagoa na sua totalidade, que foi, entre 1991 e 2001 de 23,1 (cerca de 2,3% ao ano).

Apenas 7 dos novos 1363 residentes que vieram a integrar a população da freguesia entre 1991 e 2001 não habitam a cidade de Lagoa. É pois evidente a tendência de concentração da população dentro do centro urbano.

1.6.2. Estrutura Etária da População

Apresenta-se de seguida - primeiramente em relação à freguesia e depois à Cidade - a distribuição da população por grupos etários, em valores absolutos, e em peso do grupo etário para o conjunto de todos os grupos.

<i>Estrutura etária da freguesia</i>				
<i>Grupos etários</i>	<i>População 2001</i>			<i>% do grupo no total populacional</i>
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	
0-4	379	186	193	6,3
5-9	306	169	137	5,0
10-14	305	149	156	5,0
15-19	339	168	171	5,6
20-24	460	244	216	7,6
25-29	607	292	315	10,0
30-34	523	278	245	8,6
35-39	501	253	248	8,3
40-44	368	209	159	6,1
45-49	362	178	184	6,0
50-54	375	191	184	6,2
55-59	323	153	170	5,3
60-64	254	126	128	4,2
65-69	279	130	149	4,6
70-74	259	104	155	4,3
75-79	233	95	138	3,8
80-84	107	53	54	1,8
85 a 89	56	20	36	0,9
90 ou mais anos	27	10	17	0,4
Total	6063	3008	3055	100

Fonte: INE, Censos 2001

<i>Estrutura etária da vila</i>				
<i>Grupos etários</i>	<i>População 2001</i>			<i>% do grupo no total populacional</i>
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	
0-4	329	161	168	6,8
5-9	248	130	118	5,1
10-14	240	118	122	5,0
15-19	264	126	138	5,5
20-24	398	203	195	8,2
25-29	533	264	269	11,0
30-34	438	233	205	9,1
35-39	406	208	198	8,4
40-44	296	166	130	6,1
45-49	278	137	141	5,7
50-54	288	140	148	6,0
55-59	232	114	118	4,8
60-64	193	95	98	4,0
65-69	190	82	108	3,9
70-74	184	73	111	3,8
75-79	165	61	104	3,4
80-84	88	41	47	1,8
85 a 89	46	15	31	1,0
90 ou mais anos	23	8	15	0,5
Total	4839	2375	2464	100

Fonte: INE, Censos 2001

Da comparação da estrutura etária das populações da vila e da totalidade da freguesia podemos concluir que aquelas são similares, embora a da vila seja menos envelhecida. Ambas são caracterizadas por proporções que rondam os 16% de habitantes com menos de 14 anos, sendo as percentagens para a população com 65 ou mais anos de 15,8 na freguesia e de 14,4 na vila.

De facto, a proporção de população com 65 ou mais anos decresceu de 1991 para 2001. No entanto, no mesmo período, também a população jovem viu a sua representatividade diminuída.

A variação por grupos etários da população da freguesia de Lagoa entre 1991 e 2001 é observável no quadro próximo.

<i>População residente na freguesia</i>														
<i>1991</i>					<i>2001</i>					<i>Varição 1991-2001</i>				
<i>Total</i>	<i>Grupos etários</i>				<i>Total</i>	<i>Grupos etários</i>				<i>Total</i>	<i>Grupos etários</i>			
	0-14	15-24	25-64	65 ou +		0-14	15-24	25-64	65 ou +		0-14	15-24	25-64	65 ou +
4700	903	686	2347	764	6063	990	799	3313	961	29,0	9,6	16,5	41,2	25,8

Fonte: INE, Censos 2001

Assim, se em 1991 33,6% da população da freguesia tinha menos de 25 anos, em 2001 esta percentagem tinha descido para 29,2%. Por outro lado, olhando para o topo da pirâmide, em 1991 a população com 65 anos ou mais representava 16,3 e em 2001 15,9.

Compare-se ainda estes números com os do concelho, no mesmo período:

<i>Varição 1991-2001</i>				
<i>Total</i>	<i>Grupos etários</i>			
	0-14	15-24	25-64	65 ou +
23,1	3,7	9,9	31,9	30,8

Fonte: INE, Censos 2001

Depreende-se que a tendência para envelhecimento da população é notavelmente menor na freguesia de Lagoa do que no concelho, quer por neste ser maior o peso dos idosos, quer porque se assiste no concelho a um mais intenso esvaziamento dos grupos etários das crianças e jovens, como, aliás se poderá confirmar pela observação das taxas de natalidade respectivas, no ponto seguinte.

1.6.3. Natalidade, Fecundidade e Mortalidade

Em 2000² nasceram na freguesia de Lagoa 122 crianças, dos quais 68 homens e 54 mulheres, o que corresponderá a uma taxa de fecundidade geral e a uma taxa de natalidade aproximadas³ de, respectivamente, 80‰ e 20‰. Note-se que no concelho a taxa de natalidade foi em 2001 de apenas 13,1‰, o que atesta mais uma vez o dinamismo demográfico do centro urbano.

A idade da maior parte das mães oscila entre os 20 e os 34 anos, mas é entre aquelas cujas idades vão de 25 a 29 anos que a taxa de fecundidade é mais elevada.

A taxa bruta de mortalidade na freguesia foi, em 2000⁴, de cerca de 10‰ (65 óbitos), ligeiramente superior à ocorrida no concelho no ano seguinte (9,2‰).

A taxa de mortalidade infantil em 2000⁵ foi de 1,6‰, correspondendo tal valor a 2 ocorrências de óbito em população com menos de 1 ano. A taxa média de mortalidade infantil no quinquénio 1996-2000 no concelho de Lagoa foi de 2,8‰.

1.7. Caracterização Sócio-Económica da População

1.7.1. Grau de Escolaridade

Em 2001, 9% da população da freguesia de Lagoa tinha terminado o ensino superior. Dez anos antes, apenas 4% dos residentes tinha ultrapassado o ensino secundário⁶. Curiosamente, parece que quase a totalidade dos indivíduos que finalizam o ensino médio seguem para o superior.

A taxa de analfabetismo desceu no decénio de 9,9 para 8,8 %, sendo, em 2001 e para o concelho, de 9,5%.

² INE, *Estatísticas demográficas 2000*.

³ Aproximadas, uma vez que se cruza aqui a informação de nados-vivos de 2000 com a população de 2001.

⁴ INE, *Estatísticas demográficas 2000*.

⁵ INE, *Estatísticas demográficas 2000*.

⁶ A mudança de nomenclaturas e de agrupamentos de ciclos de ensino torna complicadas outras comparações com os dados de 1991.

<i>Nível de ensino atingido</i>								<i>Taxa de analfabetismo</i>	
<i>Básico</i>		<i>Secundário</i>		<i>Médio</i>		<i>Superior</i>		<i>1991</i>	<i>2001</i>
<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>		
3308	54,6	1339	22,0	42	0,7	547	9,0	9,9	8,8

Fonte: INE, Censos 2001

1.7.2. População Activa e Desempregada

No decénio 1991-2001 a percentagem de população empregada subiu 8,6. Tal deverá ser em grande parte produto do aumento da população em idade activa detectado na análise da estrutura etária da população. Assim, em 2001 51,5% da população da freguesia de Lagoa possuía um emprego.

A repartição desta população empregada da freguesia de Lagoa pelos sectores de actividade era a seguinte, em 1991 e 2001:

<i>População Empregada</i>				
<i>% por sectores de actividade</i>				
	<i>Total</i>	<i>Sector I</i>	<i>Sector II</i>	<i>Sector III</i>
<i>1991</i>	2018	6,6	29,2	64,2
<i>2001</i>	3123	3,4	24,0	72,7

Destaca-se desta evolução a forte ascensão da importância empregadora do sector terciário, por contraponto à diminuição dos valores do emprego nos outros sectores. De notar que o aumento do terciário é praticamente igual ao aumento na população empregada, no mesmo período.

Por outro lado, o desemprego na freguesia de Lagoa, estando em 2001 em 4,8%, tornou-se mais elevado no decénio, principalmente entre as mulheres, conforme os dados do quadro seguinte:

<i>População desempregada (2001)</i>			<i>Taxa de Desemprego (%)</i>					
			<i>1991</i>			<i>2001</i>		
<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>HM</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
294	111	183	4,3	3,9	4,8	4,84	3,7	6,0

1.8. Alojamentos e Edifícios

Os conhecimentos disponíveis sobre este tema são grandemente fruto do inquérito urbanístico empreendido⁷. No respeitante aos alojamentos, contudo, e mais concretamente no que concerne às infra-estruturas básicas, os dados que se apresentarão têm origem nos Censos de 2001.

1.8.1. Edifícios

No inquérito urbanístico foram registados 1484 edifícios.

Destes, a esmagadora maioria (79%) tem 1 ou dois pisos (44% com 1 piso); 3 a 5 pisos têm 16% dos edifícios, sendo que apenas 1% ultrapassam os 5 pisos (um único edifício atinge o número mais elevado de pisos: 8).

A maioria absoluta dos edifícios corresponde a habitações unifamiliares (67%). Com 2 fogos surgem 14% dos edifícios; 5 têm 3 ou 4 fogos, 12% entre 5 e 9 e apenas 2% mais de 10 (com um máximo de 37).

Em banda é o tipo de edifício dominante: 80% das construções obedece a esta tipologia. 13% são edifícios isolados; apenas 7% são do tipo geminado.

⁷ O inquérito contemplou outras variáveis que, contudo, não se julgou oportuno tratar. em conjunto com aquelas agora analisadas.

1.8.2. Alojamentos

O número de fogos da Cidade de Lagoa é, segundo o inquérito urbanístico, de 2252.

No entanto, é necessário aqui contemplar o importante aspecto da sazonalidade. Considerando o concelho de Lagoa, em tempo de férias a população presente chega a ser uma vez e meia superior à habitualmente residente⁸. Parte importante desta sazonalidade traduzir-se-á com certeza em fogos de segunda habitação.

Os dados do INE de 2001 para alojamentos indicam que a freguesia teria 3542 alojamentos familiares, dos quais apenas 2125 são ocupados como residência habitual. Ou seja, 40% dos alojamentos familiares da freguesia de Lagoa estão vagos ou têm os seus ocupantes ausentes.

Os números da mesma fonte dizem-nos que em 1991 a freguesia de Lagoa possuía 2963 alojamentos familiares, dos quais 2277 eram residência habitual. 23% dos alojamentos tinham uso sazonal.

1.8.2.1. Infraestruturas Básicas

Atendendo aos dados de 2001⁹ dos alojamentos familiares ocupados,

- 1% não tinham electricidade;
- 6% não tinham instalação de banho nem duche;
- 3% não tinham retrete;
- 2% não tinham água canalizada;
- 38% não tinham sistema de aquecimento.

Em 1991 a situação era a seguinte¹⁰:

- 5% não tinham electricidade;
- 15% não tinham instalação de banho nem duche;
- 11% não tinham retrete;
- 27% não tinham água canalizada.

De onde se depreende que o número de alojamentos actualmente sem água canalizada ou electricidade é praticamente residual e que, no que toca às instalações existentes, as condições de habitabilidade tiveram melhorias, sobretudo no respeitante à existência de água canalizada.

De 1991 para 2001 o número de alojamentos familiares não clássicos¹¹ na freguesia diminuiu de 23 para 18, pelo que, em vez dos 58 de 1991, apenas 14 habitantes ocupavam em 2001 este tipo de alojamentos.

1.9. Funções

As funções em presença num lugar influem directamente na sua centralidade e capacidade de polarização; conseqüentemente, o estudo daquelas é fundamental para perceber as relações de interdependência com outros centros.

⁸ Fonte: CCR Algarve (1998), *Os municípios do Algarve*, INE, Évora.

⁹ INE, *Censos 2001*, INE, Lisboa.

¹⁰ A instalação sistema de aquecimento não é contabilizada nos Censos 1991.

¹¹ Sobretudo barracas.

O perfil funcional de uma localidade é um dos grandes itens definidores do desenvolvimento ou da recessão de uma área. É, portanto, uma essencial parcela da análise do potencial de expansão, quer demográfico, quer socio-económico, quer físico. Detenhamo-nos de novo nos resultados do inquérito urbanístico e dividamos as funções existentes em agrupamentos de acordo com o seu sector, carácter e raridade¹²:

Estabelecimentos de comércio a retalho diário **16**

Congelados	2
Frutaria	2
Gelataria	2
Mercearia	1
Mini mercado	5
Supermercado	2
Talho	2

Estabelecimentos de comércio a retalho não diário **153**

Artesanato	1
Alumínio	2
Antiguidades	3
Artigos de desporto	2
Artigos para pesca	1
Bazar	3
Bicicletas	2
Brinquedos	1
Canalizações	2
Centro Comercial	3
Colchões	1
Decoração	7
Drogaria	7
Electrodomésticos	2
Equipamento para veículos	1
Estores	1
Farmácia	2
Ferragens	1
Florista	1
Garrafeira	2
Gasolineira	1
Informática	2
Máquinas agrícolas	2
Máquinas para publicidade	1
Materiais de cozinha	1
Materiais de construção	14
Materiais diversos	2
Material de jardinagem	1
Material eléctrico	10
Mobílias	7
Ourivesaria	1

¹² Algumas funções corresponderão a equipamentos; tal ambivalência é prejudicial á sistematização de informação. Não obstante, optou-se por referir nesta contagem todos os registos de funcionalidades. Os equipamentos serão alvos de uma análise individualizada, a seu tempo.

Vestuário	14
Papelaria	4
Peças para veículos	1
Peixaria	1
Perfumaria	1
Produtos químicos	2
Sanitários	1
Sapataria	3
Stand automóvel	3
Veículos	3
Outras lojas	33

Estabelecimentos industriais **12**

Carpintaria	4
Fábrica	1
Fábrica de mármore	1
Fábrica de portas	1
Fábrica de toldos	1
Gráfica	1
Panificação	1
Serração	1
Serralharia	1

Outras unidades produtivas **5**

Vacaria	1
Viveiro de plantas	1
Adega cooperativa	1
Cooperativa agrícola	1
Cooperativa de Lagoa	1

Alojamento **2**

Pensão	1
Residencial	1

Restauração **53**

Bar	7
Café/Pastelaria	22
Restaurante	15
Snack-bar/Tasca	9

Serviços pessoais e de manutenção **56**

Advogado	3
Agência funerária	1
Agência turística	1
Arquitetura	1
Cabeleireiro/barbeiro	5
Clínica	1
Clube de vídeo	1
Cópias	2

Dentista	3
Ensino recorrente	1
Escola de condução	1
Escola de línguas	1
Esteticista	1
Fisioterapia	2
Fotografias	2
Imobiliária/venda propriedades	9
Lavagem de veículos	1
Lavandaria	1
Manutenção de piscinas	1
Médico	1
Oficina de veículos	9
Reparações	5
Sapateiro	2
Terapia psicopedagógica	1

Serviços de apoio à actividade económica **30**

Associação profissional	1
Banco	8
Contabilidade	3
Escritório	16
Seguradora	2

Serviços públicos e administrativos **11**

Serviços da Câmara	2
Tratamento de esgotos	1
Repartição de finanças	1
Junta de Freguesia	1
Posto da GNR	1
Correios	2
Conservatória do Registo Predial	1
Bombeiros	1
Câmara Municipal	1

Serviços de índole social **9**

Casa do Povo	1
Creche/infantário	2
Centro de apoio a idosos	1
Centro religioso	1
Igreja	3
Lar de idosos	1

Cultura e recreação **12**

Biblioteca	1
Campo de jogos	2
Campos de basquetebol	1
Campos de ténis	1
Clube/grupo desportivo	3
Motoclube	1

Pavilhão desportivo	1
Piscina	1
Sociedade Columbófila	1

Serviços públicos de saúde **1**

Centro de saúde	1
-----------------	---

Ensino Oficial **3**

Escola secundária	1
Escola básico	2

Transportes e Comunicação **3**

Rádio	1
Jornal	1
Estação de camionagem	1

1.10. Fontes Estatísticas

 **CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (1991), *Plano Director Municipal***

 **CCR Algarve (1998), *Os municípios do Algarve*, INE, Évora;**

 **INE (2000), *Estatísticas demográficas 2000*, INE, Lisboa;**

 **INE (1998), *Inventário Municipal 1998*, INE, Lisboa;**

 **INE (1991), *Recenseamento Geral da População 1991*, INE, Lisboa;**

 **INE (2001), *Recenseamento Geral da População 2001*, INE, Lisboa;**

 **INE (1998), *Anuário Estatístico - Região Algarve*, INE, Lisboa;**

 **INE (2001), *Anuário Estatístico - Região Algarve*, INE, Faro;**

 **URBITEME (2001), *Inquérito urbanístico***

Recenseamento Eleitoral 2001

1.11. Projecções Demográficas

1.11.1. Metodologia

Esta estimativa de crescimento populacional da freguesia de Lagoa insere-se no âmbito dos estudos e programações realizados para o Plano de Urbanização de Lagoa. O espaço evolutivo considerado corresponde ao decénio 2001-2011

A previsão dos efectivos populacionais da freguesia em 2011 baseia-se no método das componentes, combinado com as seguintes condições:

- Principais expectativas para a evolução da população portuguesa nos próximos anos¹³;
- Tendências passadas e presentes da demografia do Concelho e da Região em que a freguesia se insere¹⁴.

No método das componentes trabalha-se com as variáveis Fecundidade, Mortalidade e Migrações, avaliando simultaneamente as tendências passadas e as possíveis evoluções.

Este método fundeia-se na equação de concordância da demografia:

$$P_{t+1} = P_t + N_{t+1} - O_{t+1} + I_{t+1} - E_{t+1}$$

Segundo esta equação, os efectivos populacionais do ano t+1 (Pt+1) obtêm-se pela soma dos efectivos do ano t (Pt) com o saldo natural - resultando este último da diferença entre os nados vivos (Nt+1) e os óbitos (Ot+1) ocorridos durante o ano t+1 - e com o saldo migratório, que não é mais do que a diferença entre Imigrantes (It+1) e emigrantes durante o ano t+1.

A estimação do crescimento efectivo da população para 2011 será, pois, composta pela previsão dos saldos natural e migratório no decénio 2001-2011, reflectidos em taxas de variação da população.

As mais recentes projecções elaboradas no INE para a população de Portugal em 2050¹⁵, apontam para os seguintes comportamentos para cada uma das componentes (Fecundidade, Mortalidade e Migrações):

- Ligeira recuperação do Índice Sintético de Fecundidade, ainda que não alcançando o limiar de substituição de gerações¹⁶, e apesar do retardamento da maternidade;
- Aumento gradual da esperança da vida à nascença;
- Manutenção de saldos migratórios positivos, ainda que com valores moderados¹⁷.

¹³ MAGALHÃES (2002), Maria da Graça, *Projecções de População Residente, Portugal, 2000/2050 – Que tendências de base para a construção de hipóteses?* Revista de Estudos Demográficos, 2002, nº32, INE; e SILVA (2002), Filipa, *Projecção das taxas de fecundidade específicas por idades no horizonte de longo prazo (2001-2050): Estudo de um modelo de previsão com séries temporais*, Revista de Estudos Demográficos, 2002, nº32, INE.

¹⁴ Recorrendo igualmente à projecção populacional existente, no caso da Região (INE (1996), *Projecções da População Residente 1995-2025*)

¹⁵ MAGALHÃES (2002).

¹⁶ 2,1 crianças por mulher.

¹⁷ Esta referência aplica-se somente às migrações internacionais; as migrações internas serão alvo de avaliação diferenciada.

Estas tendências gerais esperadas serão confrontadas com o comportamento demográfico observado nas últimas décadas em Lagoa e na região Algarve e adaptadas ao espaço geográfico em causa.

1.11.2. Tendências demográficas do Concelho e da Região

Entre 1991 e 2001, a NUT II Algarve destacou-se no panorama nacional com o mais forte crescimento da população residente: 1,58%, contra 0,6% da totalidade do território nacional. Já no decénio anterior esta situação tinha ocorrido com uma média anual de crescimento populacional de 0,55%.

No entanto, em 1996 o INE realizou uma projecção da população residente 1995 - 2025¹⁸ que parece apontar para uma descontinuidade deste crescimento. Esta revelou-se bastante precisa na confrontação da projecção para 2000 com os dados censitários de 2001 para a região algarvia. Esta mesma projecção prevê para 2010 a população do Algarve como sendo de 346202 residentes, o que apontará para uma taxa de crescimento de cerca de 0,26% na totalidade do decénio. Segundo esta projecção, os efectivos da região sofrerão uma ligeira redução até 2015.

Tal previsão talvez tenha base em dois factos complementares: o crescimento efectivo do Algarve ficou a dever-se, nas últimas décadas, mais ao saldo das migrações que ao crescimento natural, sendo que este último apresentou-se genericamente em queda entre 1984 e 1998¹⁹; o acréscimo populacional na última década aconteceu, sobretudo, por fortes crescimentos das populações pertencentes aos escalões etários mais elevados²⁰.

Contudo, Lagoa é um caso notável de dinamismo demográfico. Entre os concelhos algarvios, Lagoa foi, a seguir a Albufeira, aquele que apresentou a maior variação positiva da população no período considerado: 2,31% foi a taxa média anual de crescimento no decénio.

Assim, o concelho de Lagoa ocupava em 2001 a 26ª posição no ranking da dinâmica populacional²¹, com uma taxa de natalidade de 13,1‰ e uma taxa bruta de mortalidade de 9,2‰, enquanto no Algarve, no mesmo ano, estas taxas foram de, respectivamente, 11,3‰ e 11,9‰. Tais dados afixam um seguro crescimento natural.

Embora a variação entre 1991 e 2001 da população com mais de 65 anos tenha sido de 30,8%, a sua proporção no total dos residentes de Lagoa não se alterou (15,5%), e a população com menos de 25 anos viu a sua representatividade aumentar 1,7% para os 29,3%.

Em relação às migrações, os dados do INE não nos permitem uma apreciação conveniente ao presente estudo. Poder-se-á apontar, contudo, que em 2000 o saldo das migrações internas foi positivo (464), e que os imigrantes no concelho provieram em maior número de outros concelhos que do estrangeiro (896 e 634, respectivamente). Se considerarmos as migrações desde 1996, o saldo foi de 1125, mantendo-se a predominância dos imigrantes de outros concelhos (2294 e 1096, respectivamente).

¹⁸ INE (1996), *Projeções da População Residente 1995-2025*

¹⁹ As séries cronológicas do INE para as taxas de crescimento por NUTs abrangem o período entre 1981 e 1998. Neste intervalo temporal, as taxas de crescimento efectivo, natural e migratório do Algarve foram, em média anual e respectivamente, de 0,42%, -0,06 e 0,48%.

²⁰ A variação da população residente no Algarve entre 1991 e 2001 por grandes grupos etários apresentou os seguintes valores: entre os 0 e os 14 anos, -0,53%; entre os 15 e os 24 anos, 7,3%; entre os 25 e os 64 anos, 22,5%; com 65 ou mais anos, 24,6% (INE).

²¹ DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO (2003) *Dinâmicas Regionais em Portugal – Demografia e Investimento*, DPP.

Podemos apenas concluir que as migrações internas têm apresentado um saldo positivo, e que este (a julgar pelos dados de 2000) aparenta tendência para subir.

1.11.3. Tendências demográficas da Freguesia e da Cidade

Conforme exposto no estudo de Caracterização Demográfica, a dinâmica populacional da freguesia de Lagoa (e da cidade de Lagoa em particular) é a grande responsável pelo crescimento do concelho de Lagoa.

O seu comportamento demográfico tem, pois, grande cumplicidade com o do concelho, embora tenham evoluções algo diferentes.

A proporção de idosos é um pouco mais elevada na freguesia do que no concelho de Lagoa, mas não se poderá falar de tendência para o envelhecimento da população. É mais reduzida na freguesia do que no concelho a variação do crescimento do grupo populacional com 65 ou mais anos, e, embora tenha ocorrido entre 1991 e 2001 um decréscimo no peso percentual do grupo populacional com menos de 25 anos, a variação do grupo foi de 12,6% no período, enquanto no concelho esta variação foi de 6,4%²². A taxa de natalidade situa-se actualmente nos 20‰ (cerca de mais 7‰, que no concelho). Sendo a taxa de mortalidade idêntica à do concelho (rondando os 10‰), o saldo natural da freguesia manter-se-á, com segurança, francamente positivo.

O problema da avaliação das questões da migração mantém-se, logicamente, para o equacionamento demográfico na freguesia. Considera-se, por isso, que a freguesia de Lagoa será responsável pelo saldo migratório do concelho na proporção em que é responsável, grosso modo, pelo crescimento efectivo daquele.

Considerando o período desde 1960, a taxa média anual de crescimento da população da freguesia de Lagoa situou-se nos 1,05%, tendo variações positivas em todos os decénios, exceptuando o de 1981-1991. A taxa de crescimento anual média entre 1991 e 2001 foi de 2,9%, constituindo uma variação em relação à taxa do decénio anterior de 2,3%.

Sendo fundamental para os quantitativos populacionais da freguesia, a cidade de Lagoa apresentou entre 1991 e 2001 uma taxa média anual de variação da população residente de 3,9% (1% mais elevada que no conjunto da freguesia). Também a variação desta taxa entre os valores médios de 1981-1991 e de 1991-2001 foi um pouco superior na cidade (2,4%).

A taxa média anual de variação da população residente da cidade entre 1960 e 2001 cifrou-se nos 1,95%, revelando-se mais elevada do que a taxa homóloga da freguesia.

Também a tendência de envelhecimento se anuncia mais fraca na cidade do que na freguesia (a proporção de idosos é na cidade 1,4% mais baixa).

1.11.4. Projecções da população residente na cidade e na freguesia de Lagoa em 2011

Julga-se, pois, que até 2011 a freguesia de Lagoa mantenha forte dinâmica demográfica. Um saldo migratório positivo²³, ligeira queda da taxa de

²² De facto, a proporção de população com 65 ou mais anos decresceu de 1991 para 2001. No entanto, no mesmo período, também a população jovem viu a sua representatividade diminuída. Assim, se em 1991 33,6% da população da freguesia tinha menos de 25 anos, em 2001 esta percentagem tinha descido para 29,2%. Por outro lado, em 1991 a população com 65 anos ou mais representava 16,3% e em 2001 15,9% da população, tendo sido a variação deste grupo etário de 25,8% (contra 30,8% no concelho).

²³ Devido, sobretudo, às migrações internas.

mortalidade anual²⁴ e algum rejuvenescimento da população²⁵ são as condições esperadas.

Especificamente para a cidade, as expectativas são similares, mas um pouco mais pronunciadas no que respeita às migrações e à fecundidade e rejuvenescimento da população. Assim, o crescimento por mais valia da natalidade ano a ano sobre a taxa média de crescimento esperada à partida para o decénio deverá ser mais nítido na cidade.

No entanto, as causas por detrás dos acréscimos e decréscimos de componentes como a fecundidade ou, e sobretudo, as migrações, tornam a previsão da sua evolução ao longo do tempo sempre incerta.

Avaliadas estas condições, apresentam-se três hipóteses de evolução da população que correspondem a comportamentos e/ou conjugações diferenciados das variáveis demográficas. Propõem-se, assim, três cenários para a população de Lagoa em 2011: um cenário base, um cenário de abrandamento e um cenário de expansão, Todos eles apontam para taxas de variação de população residente positivas, mas em graus diferentes:

- **Cenário Base:** é aquele que se apresenta como “cenário principal” e caracteriza-se por um ligeiro aumento da taxa de variação da população em relação ao decénio anterior; com base nas expectativas gerais de comportamento demográfico do País e na manutenção das circunstâncias demográficas locais;
- **Cenário de Abrandamento:** moderada descida da taxa de variação da população, em conivência com a evolução das últimas quatro décadas da demografia de Lagoa e valorizando os decréscimos esperados para a Região;
- **Cenário de Expansão:** franca subida da taxa de variação da população, tomando como base a taxa de crescimento da população entre 1991 e 2001 e a sua variação face ao decénio anterior, e considerando a capacidade de atracção de Lagoa como crescente.

a) Cenário de Base

A hipótese do cenário de base aponta para uma taxa de variação média anual da população residente na freguesia entre 2001 e 2011 de 3,4%, o que significará que a população da freguesia será, em 2011, de 8104 residentes, isto é, mais 2045 que em 2001.

Neste cenário, a taxa de variação média anual da população residente na cidade é tida como sendo de 4,1%, correspondendo a um acréscimo de 1984 efectivos, pelo que se esperam para 2011 6823 residentes na cidade.

Assim, em 2011 84% da população da freguesia residiria na cidade, sendo esta a grande razão do crescimento populacional da freguesia e da elevação da taxa de variação dos residentes desta última.

b) Cenário de Abrandamento

Neste cenário, a taxa de variação média anual da população residente na freguesia é de 2,6%, correspondendo a um acréscimo de 1576 efectivos, pelo que se esperam para 2011 7639 residentes na freguesia.

A hipótese do cenário de abrandamento aponta para uma taxa de variação média anual entre 2001 e 2011 da população residente na

²⁴ Com o aumento previsto da esperança média de vida à nascença de 1,0 anos para os homens e de 0,9 para as mulheres.

²⁵ Por ligeiro aumento da fecundidade.

cidade de 2,8%, o que significará que a população da cidade será, em 2011, de 6179 residentes, isto é, mais 1340 que em 2001.

A cidade de Lagoa mantém-se a grande impulsionadora do crescimento da freguesia, mas em menor grau, sendo responsável, em 2011, pela residência de 81% da população da freguesia.

c) Cenário de Expansão

O cenário de expansão propõe uma taxa de variação média anual da população residente na freguesia entre 2001 e 2011 de 5,3%, o que significará que a população da freguesia será, em 2011, de 9272 residentes, ou seja, mais 3209 que em 2001.

Nesta hipótese, a taxa de variação média anual da população residente na cidade cifrar-se-á nos 6,3%, correspondendo a um acréscimo de 3049 efectivos, pelo que se esperam 7888 residentes na cidade em 2011.

Desta forma, 85% da população da freguesia residiria na cidade em 2011, que seria amplamente responsável pela subida da taxa de variação dos residentes na freguesia.

d) Quadro resumo dos Cenários de Projecção

	<i>Cenário de Base</i>		<i>Cenário de Abrandamento</i>		<i>Cenário de Expansão</i>	
	<i>Freguesia</i>	<i>Cidade</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Cidade</i>	<i>Freguesia</i>	<i>Cidade</i>
População Residente em 2011	8104	6823	7639	6179	9272	7888
Acréscimo populacional 2001-2011	2045	1984	1576	1340	3209	3049
Taxa média anual de variação da população 2001-2011 (%)	3,4	4,1	2,6	2,8	5,3	6,3

1.12. Infraestruturas Instaladas

1.12.1. Rede Viária

A EN 125, sendo a principal via de atravessamento é também um troço de distribuição sobretudo quando se trata da ligação da parte Sul com a parte Norte de Lagoa.

A EN 124-1 que supostamente ligaria Silves ao Carvoeiro, possui uma descontinuidade quando atravessa o emaranhado sistema da área urbana de Lagoa.

- **Norte de Lagoa**

Na zona mais antiga, o sistema viário é constituído na generalidade por arruamentos estreitos e irregulares pouco compatíveis com o trânsito automóvel.

Existe uma hierarquia funcional que não se traduz por uma correspondência geométrica dos arruamentos. As vias estruturantes

assumem a distribuição e estabelecem a relação da 124-1 (Silves) com a EN 125. A Nascente, esta via com um traçado heterogéneo é identificada com 4 troços, Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Rua Alfredo Keil, Rua Maria Eugénia Júdice Dias Ferreira e Rua Senhora da Luz. A Poente a Rua Ernesto Cabrito, Largo Miguel Bombarda e Combatentes da Grande Guerra, Rua Hintze Ribeiro e Rua Joaquim Eugénio Júdice. Dois outros eixos assumem relevância, a antiga estrada (Rua Ernesto Cabrita, Rua da Liberdade e Rua dos Bombeiros Voluntários) e um central (Rua Mousinho de Albuquerque, Rua Coronel Figueiredo, Praça da República, Rua Dr. Manuel de Arriaga e Largo Alves Roçadas.

O eixo Poente já referido possui grandes limitações ao tráfego, sobretudo ao tráfego de pesados. Qualquer outro atravessamento rodoviário na direcção Nordeste-Sueste é complicado e indirecto, a única via de atravessamento nesta direcção (Rua 25 de Abril) está em parte vedada ao trânsito automóvel.

As novas zonas residenciais a Nascente e a Poente embora possuam um sistema interno bem dimensionada para o trânsito automóvel desembocam na “velha” estrutura na relação com o exterior.

- **Sul de Lagoa**

O crescimento para Sul de Lagoa foi um crescimento pragmático com soluções pontuais e precárias apoiando-se na 124-1 e nos caminhos rurais existentes. Não possui uma estrutura clara de inter-relação, sobressaindo os eixos que irradiam de Lagoa nos vários sentidos na direcção do interior e da costa.

1.12.2. Estacionamento Automóvel

Com um casco urbano anterior ao desenvolvimento do transporte automóvel individual, Lagoa sofre dos problemas comuns destas urbes, no seu interior. Há carência de estacionamento, no espaço central que se inscreve num círculo com cerca de 300 m de raio.

As zonas urbanas mais recentes, na envolvência do casco urbano, adoptadas à circulação automóvel e com capacidade para albergar o estacionamento nelas gerado vêm-se confrontadas com as carências do interior.

1.12.3. Transportes Colectivos

O sistema de transportes colectivos que serve Lagoa é constituído pelos modos rodoviário (carreiras públicas e escolares), ferroviário e táxis.

O transporte ferroviário, ramal de Lagos, assume pouca importância para a Cidade, porque a rede não melhorou nas últimas décadas, antes pelo contrário, porque as estações que servem a Cidade se encontram em Estombar e em alternativa Silves, exigindo um transporte complementar.

O transporte público rodoviário assume-se como o principal transporte colectivo. A construção recente de um novo terminal rodoviário em Lagoa é o corolário da importância determinante deste transporte.

As carreiras de transporte colectivo rodoviário de passageiros que servem Lagoa podem agrupar-se em três grandes conjuntos, de acordo com a componente espacial básica que envolve a serventia prestada.

Assim, consideram-se carreiras locais, aquelas que se limitam a servir a população do município. Numa classificação pouco rigorosa, entendem-se como regionais as que extravasam os limites do concelho, confinando-se embora, à região algarvia; de entre estas, e numa perspectiva de serventia inter-concelhia, iremos considerar como “sub-regionais” as que estabelecem ligações entre concelhos limítrofes, constituindo naturalmente, no âmbito da

análise a levar a efeito, o Concelho de Lagoa o reporte de vizinhança com os seus circundantes; tomaremos como inter-regionais aquelas que têm uma vocação de longo curso e, assim sendo, promovem ligações entre o concelho e o exterior do Algarve.

1.12.4. Abastecimento de Água

a) Origem da Água

A curto prazo toda a água consumida no “Sistema de Abastecimento de Água no Concelho de Lagoa” terá origem no “Sistema Regional do Barlavento Algarvio” (águas de superfície das albufeiras das barragens do Funcho, de Odelouca e do Arade).

Na data da caracterização do sistema, parte do abastecimento ainda era efectuado a partir de águas subterrâneas captadas em vários pontos do concelho, por falta de capacidade de armazenamento do sistema em serviço.

b) Armazenamento

O armazenamento de água para abastecimento da cidade de Lagoa é feito no lugar da Palmeirinha através de um reservatório de duas células com a capacidade de 1.000 m³ cada uma. Este reservatório está a ser reforçado com mais duas células com a capacidade de 8.000 m³ cada uma; quando este reforço de armazenamento estiver em pleno funcionamento então poder-se-á garantir o abastecimento de água à cidade e mesmo ao concelho com uma segurança acrescida e podendo mesmo a partir daí vir a utilizar-se só águas de superfície.

c) Tratamento

O tratamento está garantido até à entrada no reservatório.

d) Adução

O transporte da água até aos pontos de armazenamento está a ser revisto de modo que o sistema concelhio funcione como um sistema único; para que isso aconteça está em curso o estabelecimento mais eficaz da interligação dos vários subsistemas em serviço.

e) Rede de Distribuição Domiciliária

A rede de distribuição domiciliária instalada nas zonas mais antigas tem vindo a sofrer algumas remodelações, mas que deviam ser de maior dimensão para que a rede tivesse um funcionamento hidráulico mais correcto e também para que se tentasse diminuir as perdas de água no sistema que presentemente se calculam em cerca de 30% da água distribuída em todo o Sistema Municipal de Abastecimento.

f) Conclusões

Pelo atrás exposto podemos concluir que a Cidade de Lagoa, no curto prazo, deverá ter ao serviço um “Sistema de Abastecimento de Água” suficiente para satisfazer o abastecimento domiciliário da população residente e o aumento populacional previsto no presente Plano de Urbanização.

1.12.5. Drenagem e Destino Final das Águas Residuais Domésticas

a) Rede de Drenagem de Esgotos Domésticos

O perímetro urbano proposto no presente estudo inclui seis bacias de drenagem; à exceção da bacia G situada no extremo Poente da Cidade de Lagoa, todas as bacias estão equipadas com uma rede de colectores gravíticos (nalguns casos unitários) que drenam os efluentes recolhidos até poços de retenção a partir dos quais são bombados até atingirem a Estação de Tratamento de Águas Residuais Domésticas situada no extremo Nascente da Cidade.

A bacia G (Urbanização do Vale da Bemposta) tem um sistema de fossas sépticas em serviço que a curto prazo deverá ser substituído por uma rede colectora e os esgotos recolhidos deverão ser introduzidos por bombagem no sistema de esgotos de Lagoa de modo a poderem a ser tratados.

Quanto às zonas da Cidade que ainda estão equipadas com uma rede unitária de esgotos, deve a rede ser remodelada nessas zonas e instaladas redes separativas de modo que a E.T.A.R. possa ter um funcionamento mais equilibrado sem necessidade de recurso a descarregadores de cheias.

b) Destino Final das Águas Residuais Domésticas

Os esgotos domésticos produzidos na Cidade de Lagoa são lançados numa vala afluente da Ribeira de Alcantarilha após tratamentos secundário realizado na E.T.A.R. de Lagoa com leito percolador e digestão não aquecida, seguido de desidratação de lamas.

A E.T.A.R. de Lagoa entrou em exploração no ano de 1992 e a sua população de projecto é de 8.245 habitantes pelo que garantirá o tratamento dos efluentes produzidos pelos habitantes previstos no presente Plano de Urbanização.

c) Conclusões

Relativamente ao sistema de esgotos instalado na Cidade de Lagoa podemos concluir o seguinte:

- Todas as expansões urbanas que se têm vindo a desenvolver nos últimos anos, estão equipadas com redes separativas e os esgotos domésticos produzidos são conduzidos à E.T.A.R. existente por bombagem ou graviticamente; excepção feita à Urbanização do Vale da Bemposta (Bacia G) onde o destino final são fossas sépticas.
- A área urbana mais antiga com grande parte da rede unitária, tem vindo a sofrer remodelações de modo a transformá-la em redes separativas.
- A E.T.A.R. que presentemente equipa o sistema de esgotos de Lagoa não tem capacidade para tratar os efluentes produzidos pela população proposta no presente Plano de Urbanização pelo que deve ser remodelada de modo a sofrer uma expansão que lhe confira a capacidade desejada.

1.12.6. Resíduos Sólidos Urbanos

a) Limpeza das Ruas e Praças

A limpeza dos arruamentos e praças de Lagoa é realizada mecanicamente com duas máquinas varredoras e manualmente por 12 cantoneiros, sendo efectuada diariamente.

b) Deposição

Os resíduos sólidos urbanos produzidos pela população residente é depositado em contentores herméticos de 800 l que se encontram instalados por toda a Cidade.

c) Recolha

A recolha dos lixos depositados nos contentores é efectuada por uma viatura com 12 m³ de capacidade. O circuito de recolha cobre toda a zona urbana de Lagoa e efectua-se diariamente, incluindo domingos de Julho a Setembro.

d) Destino Final

O destino final dos resíduos sólidos urbanos recolhidos é o “Aterro Sanitário do Barlavento Algarvio” que se situa em Porto de Lagos no Concelho de Portimão.

1.12.7. Infraestruturas Eléctricas e de Telecomunicações

Estas infraestruturas têm evoluído e sido modernizadas respondendo às necessidades.

2. ÁREA DE INTERVENÇÃO E CONDICIONAMENTOS

2.1. Factos Intervenientes no Ordenamento Urbano

a) Plano Director Municipal de Lagoa

A unidade operativa de planeamento e gestão UP 3, integra a Área Urbana de Lagoa, as Áreas Urbanizáveis e Áreas Naturais de Nível 3.

As áreas naturais de Nível 3 definidas no Artigo 31º do Regulamento do P.D.M., poderão integrar o perímetro urbano do aglomerado adjacente mediante Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor.

As áreas urbanas construídas são regulamentadas pelas normas dos Artigos 15º e 16º do Regulamento do P.D.M.. Para as áreas urbanizáveis o Regulamento estabelece as seguintes regras:

- Densidade máxima 150 hab/ha
- Altura máxima das construções a definir pela Câmara Municipal ou por Planos de Urbanização ou de Pormenor.

b) Obras executadas no período de elaboração do P.U.

- O ramo de ligação do nó de Lagoa/Silves da A22 (Via do Infante) à EN 125, implantou-se a Noroeste de Lagoa, em área natural de Nível 3 e irá constituir o limite de crescimento da Cidade naquele sentido.

- A Nova escola EB 2,3 implantou-se a Noroeste do perímetro actual de Lagoa, em área natural de Nível 3.

c) Carências de grandes espaços

Do crescimento de Lagoa na última década emergiram carências de equipamentos das quais algumas irão ser colmatadas nas novas áreas urbanas a Poente, com equipamentos já executados como Centro de Saúde ou programados como o Auditório Municipal, o posto da G.N.R., o jardim público, a Escola de Segurança Rodoviária e a Escola EB 2,3. Outro equipamento já programado e localizado, o Campo da Feira e Exposições, a Nascente do Parque Municipal de Feiras e Exposições exterior ao actual perímetro urbano. Constitui também carência um espaço de lazer informal, tipo parque urbano que integra uma área desportiva susceptível de implementação de grandes campos de jogos.

d) Anseios

Dos anseios da Autarquia destaca-se a grande necessidade evocada, de expandir o polo das actividades económicas, com estabelecimentos do tipo multiusos (serviços, comércio especial e armazenagem e actividades industriais cujas emissões sejam compatíveis com o comércio e serviços), na perspectiva da sustentabilidade da Cidade. A área preconizada para expansão localizar-se-ia a Sueste dando continuidade ao polo existente em detrimento de áreas agrícolas de regadio. A selecção deste espaço é explicado, designadamente por:

- Se situar numa zona já marcada e com êxito por este tipo de actividade
- Pela acessibilidade, pela fácil localização e por ser perceptível a partir da EN 125
- Pelas características topográficas do terreno
- Pela falta de terrenos com condições idênticas nas imediações de Lagoa
- Pela pequena ou quase nula rentabilização deste espaço enquanto espaço agrícola
- Pela necessidade de deslocalização de algumas actividades instaladas no casco urbano que se estão a tornar incómodas no espaço onde se inserem e não possuem capacidade de expansão.

Outros anseios prendem-se com a perspectiva de integração no perímetro urbano da Cidade, da superfície comercial a Nascente de Lagoa e adjacente à EN 125.

2.2. Condicionamentos Físicos e Paisagísticos

a) Características da Área de Expansão Sul

A área de expansão a Sul da EN 125 está integrada no perímetro de rega. Os terrenos, são destinados ao uso agrícola, verificando-se que cerca de 70% estão em pousio ou com outros usos. É uma área praticamente plana ($i = 1\%$)

b) Características da Área de Expansão Norte

A área urbana actual é limitada a Norte por vale aberto em que a linha de água transversal (orientado no sentido Nascente-Poente) foi entubada a jusante no troço Poente. A bacia é relativamente pequena e linhas de alimentação possuem o sentido Norte-Sul.

A zona Norte é constituída por uma encosta exposta ao quadrante Sul com declives que variam entre os 6 e 10%, com predomínio dos declives de 6 a 8%.

O coberto vegetal é quase inexistente a Poente da EN 124-1, destacando-se aqui umas fiadas de oliveiras que se procurará proteger. No vértice Poente estava implantada uma pequena área de vinha que foi em parte sacrificada com a construção do ramo rodoviário de ligação da Via do Infante à EN 125.

A Nascente da EN 124-1, na área expectante (Zona Natural de Nível 3) resultante da solicitação de loteamentos, existe vegetação dispersa e variada

c) Drenagem da Zona Húmida a Nascente

As intervenções a Sul da EN 125, designadamente a plataforma da EN 125 e o Parque Municipal de Feiras e Exposições, canalizaram troços de valas a céu aberto responsáveis por parte importante da drenagem dos terrenos a Nascente.

O estudo deste sistema, assim como a sua manutenção, é um factor determinante que irá preceder qualquer expansão urbana nesta zona.

2.3. Área de Intervenção

2.3.1. Unidade Operativa de Planeamento e Gestão UP 3

A UOPG - UP 3 delimitada na Planta de Ordenamento do P.D.M. de Lagoa possui a área de 226,4 ha e é composta pelos seguintes espaços:

- Áreas urbanas (solo urbanizado) com 127,6 ha;
- Áreas urbanizáveis (solo cuja urbanização é possível programar) com 18,3 ha;
- Áreas naturais de nível 3 com 80,5 ha

2.3.2. Área de Intervenção - Perímetro Urbano Proposto

Decorrente dos factos já referidos, a área de intervenção definidora do perímetro urbano proposto, é composta pela UP 3 com os seguintes ajustamentos:

a) É acrescida das seguintes áreas:

- Área de terreno a Nordeste de Lagoa e a Norte do canal de rega, com 4,85 ha;
- Faixa de terreno a Nascente, adjacente à EN 125, integrando a superfície comercial construída e o troço da EN 125 adjacente, com 3,43 ha.
- Faixa de terreno a Sul, destinada a actividades económicas diversificadas, integrando alguns equipamentos e estabelecimentos já instalados, com 40,74 ha.

b) É reduzida das seguintes áreas:

- Área ocupada pela via de ligação da A22 à EN 125, com 17,25 ha.
- Bolsa a Nascente com 0,92 ha.

c) A área definida pelo perímetro urbano proposto acresce 30,85 ha à UP 3, ficando a intervenção (perímetro urbano proposto) com a área total de 257,25 ha.

2.4. Condicionantes na Área de Intervenção

a) Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão (AHSLP)

A construção da infraestrutura de Aproveitamento Hidroagrícola iniciou-se no ano de 1944 e foi finalizada em 1956. Abrangem áreas das margens das ribeiras do Arade e de Odelouca e da Várzea de Lagoa. No concelho de Lagoa a AH integrou áreas pertencentes às freguesias de Lagoa, Estombar, Carvoeiro e Porches.

No ano de 1982 a área beneficiada correspondente ao Bloco de Lagoa era de 1.145,25 ha.

A gestão de toda a área beneficiada designadamente a exploração e conservação está a cargo da Associação de Beneficiários de Silves, Lagoa e Portimão, reconhecida formalmente pela Portaria n.º 1078/2000 de 27 de Junho.

A legislação relativa aos Aproveitamentos Hidroagrícolas, aplicável é a seguinte:

- Decreto Lei n.º 269/82, de 10 de Julho - Estabelece o enquadramento legal das obras dos aproveitamentos agrícolas.
- Decreto-Regulamentar n.º 84/82, de 4 de Novembro - Estabelece as normas gerais para os regulamentos das Associações de Beneficiários.
- Decreto-Regulamentar n.º 2/93, de 3 de Fevereiro - Trata da regularização das construções implantadas na área beneficiada, ocorridas em momento anterior à data da entrada em vigor do Decreto Lei n.º 69/92, de 27 de Abril.
- Decreto Lei n.º 86/2002, de 6 de Abril - Actualiza o regime jurídico das obras AH, aprovado pelo D.L. n.º 269/82, de 10 de Julho.
- Decreto Lei n.º 169/2005, de 26 de Setembro - Altera o D.L. n.º 269/82, de 10 de Julho com a redacção dada pelo D.L. n.º 86/2002, de 6 de Abril.

Posteriormente à construção do AH, ocorreram nesta área ocupação com carácter urbano e outras construções com usos marginais ao uso agrícola.

O Plano de Urbanização da Cidade de Lagoa, nos seus objectivos, preconiza a integração no seu perímetro urbano das parcelas pertencentes à área AH com construções, assim como preconiza a expansão da Cidade, na componente das actividades económicas, para outras áreas pertencentes ao AH.

Nesta óptica, contabiliza-se como referência, com a precisão possível, as áreas de sobreposição, com construções e de expansão nas seguintes Sub-Unidades Operativas de Planeamento e Gestão:

HBC2: 38.138 m²; HBC6: 78.952 m²; HBR1: 11.730 m²; AEC1: 128.500 m²; AEC2: 26.800 m²; AER1: 41.900 m²; AER2: 29.800 m²; AEE1: 99.700 m²; AEE2: 11.700 m²; AEE3: 30.600 m²; AEE4: 149.600 m²; AEE5: 97.200 m²; HBE1: 8.500 m². Perfazendo um total de aproximadamente 753.120 m² (75,31 ha).

O regulamento do Plano de Urbanização da Cidade de Lagoa estabelece que as operações urbanísticas e de loteamento e obras de urbanização, serão precedidas pelas operações de exclusão do solo das áreas AH, em conformidade com a legislação em vigor, designadamente o pagamento do montante compensatório.

b) Solos da R.A.N.

A expansão para Norte, Nordeste e Sul implicou a desafectação de solos integrados na R.A.N. com a área aproximada de 42,5 ha. O processo de delimitação da R.A.N. foi aprovado pela CRRRA em 25.02.2005.

c) Solos Integrados na R.E.N.

A área de intervenção proposta não colide com solos integrados na R.E.N.

d) Protecção à EN 125

Integrada na classificação de “outras estradas” a protecção “non aedificandi” é de 20 m a eixo.

e) Protecção ao Ramo Rodoviário a Noroeste, de Ligação da A22 (Via do Infante) à EN 125

Propõe-se uma faixa de protecção “non aedificandi” de 50 m a eixo.

f) Protecção ao Património Cultural Arquitectónico e Arqueológico

O Património cultural arquitectónico e arqueológico é o descrito no ponto 1.4. deste Relatório sendo as protecções fixadas em Regulamento.

g) Protecção das Linhas de Água

Estabelece-se uma faixa de protecção, com 10 m para cada lado da margem.

3. PROPOSTA DE PLANO

3.1. Ordenamento

O crescimento urbano da Cidade de Lagoa, no que respeita à ocupação com construção, teve como factor de atracção o eixo rodoviário principal de comunicação com o exterior, a EN 125. Esta via viria a constituir-se como eixo estruturante da Cidade e charneira entre dois espaços complementares, o predominantemente habitacional a Norte e o predominantemente de actividades económicas a Sul. O reordenamento e a expansão propostas vai exacerbar esta dicotomia.

Com a entrada em funcionamento da totalidade da A22 (Via do Infante), retirou-se tráfego de passagem no atravessamento de Lagoa pela EN 125 e alteram-se os sentidos de tráfego no acesso à Cidade. O acesso Norte ganhou importância, deixou de ser apenas a ligação a Silves, passou a ser uma ligação alternativa e directa à A22. Este facto já importante, ganhará maior dimensão com o crescimento de Lagoa para Norte.

3.2. Zonamento

3.2.1. Espaços Urbanos

Para efeitos de ordenamento consideraram-se duas categorias de espaços resultantes das suas funções predominantes:

Espaços habitacionais (HB)

e

Espaços de Actividades Económicas (AE)

Estas categorias de espaços, em função do tipo de intervenção proposta, subdividem-se em sub-categorias:

Consolidadas a manter (C);

Susceptíveis de renovação urbana (R);

Solo possível programar - expansão (E) .

3.2.2. Sub-Unidades Operativas de Planeamento e Gestão – Espaços Habitacionais

As sub-categorias de espaços delimitadas, identificados e caracterizados no capítulo anterior foram objecto de intervenção, cujas opções se reflectem no Regulamento.

a) Sub-Unidades Habitacionais – Espaços Consolidados**HBC 1 – Núcleo Antigo**

Esta unidade corresponde ao espaço urbano com maior interesse cultural. Nesta óptica opta-se por preservar o fundamental da sua imagem. Esta opção não deverá significar que este espaço está fechado, antes pelo contrário, exige intervenção e dinamização.

Existindo homogeneidade estrutural, existem também diferenciações qualitativas que permitirão estabelecer classificações por frentes construídas e pela escala dos espaços.

A qualificação destes espaços decorrerá de estudos de pormenor que proporão as alterações significativas.

HBC 2

Expansão recente de Lagoa, ainda em fase de completamento a Sul, não se prevendo alterações significativas no período de vigência deste plano.

A actuação nesta zona incidirá no tratamento dos espaços exteriores públicos e na criação de estacionamento automóvel.

HBC 3

Área recente de renovação e expansão urbana. Não se prevêem alterações significativas no período de vigência deste plano.

HBC 4

Área de expansão recente a completar em conformidade com os alvarás em vigor.

HBC 5

Área de expansão recente.

HBC 6

Nesta unidade é preponderante a imagem do edifício das Caves. Para Nascente e Poente da via de acesso ao Carvoeiro implantaram-se dois loteamentos urbanos com edifícios habitacionais e serviços de apoio. A Sul da EN 125 é o principal núcleo habitacional.

O edifício das Caves está envolvido por ocupação habitacional. Se se verificaram condições que levem à reconversão deste edifício, o novo uso deverá ser consentâneo com a sua localização e compatível com a função habitacional.

b) Sub-Unidades Habitacionais – Espaços Susceptíveis de Renovação Urbana**HBR 1**

Esta unidade no seu conjunto é descaracterizada por intervenções urbanas recentes e por frentes construídas em mau estado de conservação e expectantes.

Está criada uma dinâmica de renovação que nos últimos anos, em termos de planeamento municipal, só poderia ser regulada pelo Artigo 16º do Regulamento do P.D.M.

c) **Sub-Unidades Habitacionais - Solo Possível Programar -Espaços de Expansão**

HBE 1, HBE 2, HBE 3, HBE 4, HBE 5, HBE 6 e HBE 7

As áreas de expansão mais significativas localizam-se na faixa envolvente a Norte. As sub-unidades atendem à estrutura da propriedade e às perspectivas de implementação de grandes equipamentos na área central, na continuidade do tecido urbano existente.

3.2.3. Sub-Unidades de Planeamento e Gestão - Zonas de Actividades Económicas

a) **Sub-Unidades de Actividades Económicas - Espaços Consolidados**

AEC 1

Neste espaço consolidado que teria atingido o seu limite de crescimento, integram-se um equipamento desportivo, Parque Municipal de Feiras e Exposições e a recente área de actividades ligadas ao comércio e serviços adjacentes EN 125.

AEC 2

Integra um conjunto edificado de exposição e venda.

b) **Sub-Unidades de Actividades Económicas - Espaços Susceptíveis de Renovação**

AER 1 e AER 2

As áreas susceptíveis de renovação são espaços descaracterizados, com construções onde ocorrem armazéns e actividades económicas em geral subsidiárias da construção civil que aproveitaram e ampliaram edificações de apoio agrícola.

c) **Sub-Unidades de Actividades Económicas - Solo Possível Programar - Espaços Urbanizáveis de Expansão**

AEE 1, AEE 2, AEE 3, AEE 4 e AEE 5

Os espaços referenciados localizam-se numa faixa envolvente, sem uso, do actual núcleo de serviços. Estes espaços constituem uma reserva de solos, programáveis para a implementação de actividades económicas diversificadas que permitam iniciativas naqueles domínios no interesse de Lagoa.

3.2.4. Parâmetros Urbanísticos

a) **Espaços Habitacionais**

Para os espaços habitacionais de expansão, adoptou-se uma densidade populacional média na área central onde se implantou a EB 2,3 e se propõe a implantação de equipamentos carentes de grandes áreas e densidade baixa nas periferias envolventes.

SUOPG	Dpb	Ich	Ice	np
HBE 1	50	0,20	0,00	2
HBE 2	50	0,20	0,05	2,3
HBE 3	62,5	0,25	0,05	2, 3, 5
HBE 4	80	0,32	0,05	2, 3, 5
HBE 5	62,5	0,25	0,05	2, 3, 5
HBE 6	100	0,40	0,05	2, 3,5
HBE 7	50	0,20	0,05	2

SUOPG - Sub-Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

Dpb - Densidade Populacional Bruta (hab/ha)

Ich - Índice de Construção Habitacional

Ice - Índice de Construção Equipamentos

np - Número de Pisos acima do solo

b) Espaços de Actividades Económicas

Para os espaços de expansão de Actividades Económicas adoptaram-se os mesmos parâmetros para as cinco sub-unidades AEE 1, AEE 2, AEE 3, AEE 4 e AEE 5, com excepção do Ice que na AEE 3 é igual a 0,0.

Icae: 0,30

Ice: 0,05

np: 2 pisos (9,00 m)

Índice volumétrico em escritórios: 1,5 m³/m²

Índice volumétrico em naves: 3,5 m³/m²

Icae - Índice de construção actividades económicas

Nota: Na AEE 3, tem particular importância a cedência para a implantação do desvio da EN 124-1.

3.2.5. Acréscimo Potencial da População e de Construção nas Áreas de Expansão

a) Espaços Habitacionais

SUOPG	Área (ha)	Área Bruta de Construção		População Potencial
		Habitacional (a)	Equipamentos (b)	
HBE 1	0,85	1.700	-	40
HBE 2	10,18	20.360	-	483
HBE 3	14,85	37.125	7.425	882
HBE 4	14,98	48.000	7.490	1.140
HBE 5	17,19	42.975	8.595	1.020
HBE 6	11,20	44.800	5.600	1.120
HBE 7	12,18	24.360	6.090	578
Total	81,43	219.320	35.200	5.263

a) Nestes valores incluem-se eventuais áreas destinadas a comércio e a serviços que se estimam em 5%. Para a HBE6 a área destinada a comércio e serviços é explicitada em Regulamento.

b) Estimativa

Para o cálculo da população potencial considerou-se que 5% da área habitacional seria absorvida por estabelecimentos comerciais e de serviços e a cada habitante imputou-se uma área bruta de 40 m² de construção. A população potencial estimada, inclui futuros residentes e população flutuante.

3.2.6. Quadro do Zonamento

a) Zona Habitacional (Áreas Explícitas na Planta de Zonamento)

S.U.O.P.G.		ZONAMENTO		
Identif.	Superf. Total (ha)	Habitacional	Equipamentos	Espaços Verdes
HBC 1	16,50			
2	13,35			
3	4,26			
4	25,63			
5	11,69			
6	12,24			
HBR 1	14,30			
HBE 1	0,85	0,65	0,00	0,20
2	10,18	6,31	0,00	3,87
3	14,85	9,62	3,45	1,78
4	14,98	9,75	3,16	2,07
5	17,19	11,48	0,61	5,10
6	11,20	7,2	1,50	2,50
7	12,18	8,95	0,00	3,23

b) Zona de Actividades Económicas (Áreas Explícitas na Planta de Zonamento)

S.U.O.P.G.		ZONAMENTO		
Identif.	Superf. Total (ha)	Actividades Económicas	Equipamentos	Espaços Verdes
AEC 1	12,85			
AEC 2	2,68			
AER 1	4,19			
AER 2	2,98			
AEE 1	9,97	7,97	1,00	1,00
AEE 2	11,70	7,57	2,76	1,37
AEE 3	3,06	2,38	0,00	0,68
AEE 4	14,96	12,01	1,00	1,95
AEE 5	9,72	5,90	3,20	0,62

3.3. Programação de Equipamentos de Utilização Colectiva

3.3.1. Equipamentos Existentes

Presentemente, a freguesia de Lagoa dispõe de equipamentos colectivos - públicos e/ou privados - nos seguintes âmbitos:

- Educação;
- Saúde;
- Solidariedade e Segurança Social;
- Segurança Pública;
- Desporto;
- Cultura e Lazer.

A população da cidade e da freguesia é também servida por alguns equipamentos de nível supra municipal localizados fora do concelho (como unidades hospitalares), que não faz sentido abordar no contexto de um PU.

3.3.1.1. Educação

A freguesia conta actualmente com:

- 2 valências Jardim de Infância
- 1 EB1
- 1 EB 23 (recém construída)
- 1 ES

A população é ainda utilizadora de equipamentos de ensino básico e secundário exteriores à freguesia²⁶:

- 1 EB1, em Vale d'El Rei
- 1 EB23, em Estômbar
- 2 ES, em Portimão

²⁶ Os critérios de planeamento da rede educativa obrigam à consideração de equipamentos de ensino situados para além do espaço geográfico de habitação e da circunscrição administrativa correspondentes à população em causa.

Vejam os dados da capacidade, a frequência e as valências de apoio de cada um destes equipamentos²⁷:

Equipamento	Nº de salas	Frequência ^(a)	Frequência de alunos de Lagoa	Capacidade	Valências de Apoio
Jardim-de-infância de Lagoa	4	96	94	100	
Infantário "A Colmeia"	8	180	87	200	
EB1 de Lagoa	17	333	286	425	Biblioteca; Refeitório
EB1 de Vale d'El Rei			13		

EB 23 de Lagoa	30	-	-	900	
EB 23 de Estombar			2		

ES Padre António Martins de Oliveira (Lagoa)	33	548	354 ²⁸	650	Biblioteca; Refeitório; Pavilhão Desportivo
ES Poeta António Aleixo (Portimão)			11 ²⁹		
ES Manuel Teixeira Gomes (Portimão)					

^(a) Frequência - número total de inscritos no estabelecimento.

3.3.1.2. Saúde

Os cuidados de saúde primários são prestados à população por um Centro de Saúde recentemente inaugurado.

Dentro da freguesia funcionam 2 farmácias, existindo outras 3 no concelho, noutras freguesias³⁰.

Não se localizam em Lagoa equipamentos dedicados a cuidados de saúde secundários, saúde mental, ou prevenção e tratamento de toxicod dependência. Equipamentos desta índole têm âmbito distrital, regional, supra-regional ou nacional.

3.3.1.3. Solidariedade e Segurança Social

Existem na freguesia respostas de acção social nos domínios:

- Primeira infância;
- Actividades de Tempos Livres;
- Idosos.

Não se encontram em Lagoa equipamentos de resposta específica às seguintes populações alvo:

- Crianças e Jovens em Situação de Risco;
- Pessoas com Deficiência em Geral;
- Crianças e Jovens com Deficiência;

²⁷ Para os equipamentos localizados fora da freguesia apenas se dispõe de informação relativa ao número de alunos residentes na freguesia de Lagoa a frequentar tais estabelecimentos de ensino.

²⁸ Além destes, 140 alunos, adultos, frequentam o regime nocturno.

²⁹ 11 alunos no conjunto das duas escolas de Portimão.

³⁰ Dados sobre equipamentos ao concelho têm fonte em: INE (1998), *Inventário Municipal 1998* e site do INE, www.ine.pt

- População Adulta com Deficiência;
- Família e Comunidade;
- Toxicodependentes;
- Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias;
- Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico;
- Pessoas em Situação de Dependência.

As valências existentes são:

- 1 Creche
- 1 ATL³¹
- 1 Centro de Dia
- 1 Lar de Idoso
- Serviço de Apoio Domiciliário³²

Observe-se no quadro que se segue as capacidades e frequências destas valências.

Equipamento	Nº de salas	Frequência	Capacidade	Lista de Espera
Creche "A Colmeia"	7	125	125	150
ATL "A Colmeia"	5	95	75	-
Centro de Dia	-	28	50	-
Lar de Idosos	-	77	77	-
Apoio Domiciliário	-	25	40	-

3.3.1.4. Segurança Pública

Existem na cidade de Lagoa, no domínio da Segurança Pública, 1 Posto da GNR e 1 Quartel de Bombeiros.
 Não existe qualquer subunidade da P.S.P.
 Prevê-se a mudança do posto da GNR para novas instalações.

3.3.1.5. Desporto

A freguesia de Lagoa dispõe na actualidade dos seguintes equipamentos desportivos:

- 1 Pavilhão Polidesportivo;
- 1 Campo de Jogos;
- 1 Campo de Futebol;
- 1 Campo de Futebol de Treinos;
- 1 Piscina Descoberta;
- 1 Campo de Ténis;
- 1 Campo de Basquetebol.

Está já programada a ampliação do Campo de Jogos.

³¹ Centro de Actividades de Ocupação de Tempos Livres.

³² Embora não se trate de um equipamento físico, mas de uma valência em forma de serviço, optou-se por considerar o Apoio Domiciliário por influir directamente na avaliação de necessidades noutras respostas sociais à população idosa sob a forma de equipamento convencional.

3.3.1.6. Cultura

Os equipamentos culturais e recreativos que servem a população de Lagoa e que se localizam nesta freguesia são os que se seguem³³:

- 1 Biblioteca;
- 1 Sala de Espectáculos;
- 1 Galeria de Arte³⁴.

A criação de um Auditório Municipal encontra-se já programada.

3.3.1.7. Quadro Síntese dos Equipamentos Existentes

Equipamento	Unidades em funcionamento (total)	Número de salas na freguesia	Unidades localizadas fora da freguesia
Jardim de Infância	2	12	
EB1	2	17	1
EB 23	2	30	1
ES	3	33	2
Centro de Saúde	1	-	-
Farmácia	2	-	-
Creche	1	7	-
ATL	1	5	-
Centro de Dia	1	-	-
Lar de Idosos	1	-	-
Serviço de Apoio Domiciliário	1	-	-
Posto da GNR (a)	1	-	-
Quartel de Bombeiros	1	-	-
Pavilhão Polidesportivo	1	-	-
Campo de Jogos	1	-	-
Campo de Futebol	2	-	-
Piscina Descoberta	1	-	-
Campo de Ténis	1	-	-
Campo de Basquetebol	1	-	-
Biblioteca	1	-	-
Sala de Espectáculos	1	-	-
Galeria de Arte	1	-	-

(a) Substituído

³³ Parte destes dados têm origem no *Inventário Municipal 1998*, do INE.

³⁴ De acordo com a nomenclatura do INE, *galeria de arte* pode corresponder a um espaço em que temporariamente se preceda à realização de exposições (in *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, 1998, INE)

3.3.1.8. Quadro Síntese dos Equipamentos Programados

(Equipamentos executados no período de realização do plano)

Equipamento	Unidades Programadas	Substituição/ampliação de unidade existente
Posto da GNR		1
Campo de Jogos		1
Auditório Municipal	1	

3.3.2. Equipamentos Propostos**3.3.2.1. Educação**

Do Jardim de Infância à Escola Secundária, as Autarquias intervêm na realização dos equipamentos sociais pelo menos nas três primeiras fases do processo: levantamento de necessidades, planeamento e localização.

Uma nova EB 23, equipamento já programado há data da recolha de dados, ficou entretanto concluída, vindo a substituir a EB 23 Jacinto Correia. Estas novas instalações suprimem a diferença entre capacidade e frequência existente na escola antiga, mantendo ainda um superavit de vagas que permitirá servir a população esperada.

Os equipamentos de educação existentes são suficientes para a população actual. Portanto, as propostas de programação destinam-se a responder às carências criadas pelo acréscimo populacional previsto.

Propõem-se duas unidades de uma única tipologia - EB1, JI, dedicadas à população na faixa etária entre os 3 e os 9 anos, permitindo-se, assim, uma concretização faseada dos equipamentos, obedecendo, simultaneamente, às necessidades imediatas de duas populações alvo (Jardim de Infância e 1º Ciclo do Ensino Básico)

A unidade maior, com 11 salas (8 turmas de EB1 e 3 salas de Jardim de Infância) terá capacidade para 200 crianças no Ensino Básico e 75 no Jardim de Infância. Este equipamento precisa de uma área de reserva não inferior a 4200m².

A outra unidade, de 7 salas (4 para EB1 e 3 para JI), exige uma área de reserva de apenas 3100m², podendo servir 75 crianças no Jardim de Infância e outras 100 na Escola Básica.

Os critérios de localização para uma EB1,JI contemplam as seguintes condições³⁵:

- Em regra, a escola não deve situar-se na área de influência de escolas sub-utilizadas e em bom estado de conservação onde seja ministrado o mesmo nível de ensino.
- A escola e a envolvente urbana:

³⁵ Segundo directivas do Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento e da Direcção-Geral da Administração Educativa . (in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002), e passa-se a citar:

- inserção correcta da escola no tecido urbano;
 - proximidade e articulação funcional entre a escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, os parques e os equipamentos desportivos, culturais e sociais do aglomerado;
 - rede de transportes públicos;
 - segurança nos percursos, nas áreas envolventes da escola e nas zonas de acesso imediato à mesma;
 - adequadas condições ambientais (qualidade do ar, níveis de ruído);
 - abastecimento de água e de energia eléctrica, drenagem de esgotos, rede de telecomunicações e recolha de lixos.
- Terrenos:
 - com declives suaves e boas condições de salubridade (exposição solar, regime de ventos, humidades);
 - com características geológicas que possibilitem a execução de fundações directas.
 - Incompatibilidades:
 - vizinhanças insalubres ou perigosas;
 - atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia eléctrica.

3.3.2.2. Saúde

A intervenção das autarquias na realização de equipamentos de saúde acontece apenas no âmbito dos estudos de localização.

Face, quer à população do concelho, quer à recente abertura do novo Centro de Saúde, não haverá necessidade de considerar no momento actual qualquer reserva de espaço para equipamentos de saúde.

Também o número de farmácias existentes não preconiza a criação próxima de outras unidades, de acordo com a Portaria 936-A/99, de 22/10/99.

3.3.2.3. Solidariedade e Segurança Social

As autarquias são parte interveniente em todas as etapas do processo de realização de equipamentos de Segurança e Solidariedade Social.

O défice que se julga mais premente resolver no contexto dos equipamentos de apoio social de Lagoa prende-se com as respostas à primeira infância.

Conforme o exposto em 3.3.1.3., a creche, actualmente lotada, conta com uma lista de espera de 150 crianças. Isto acontece apesar daquela servir a suposta população-base teórica³⁶.

Considera-se que a necessidade sentida justificará a criação de mais uma creche.

Propõe-se como modelo para o novo equipamento uma unidade de 8 salas de 20 crianças (160 crianças no total). Tal unidade necessita de uma reserva de espaço não inferior a 3200 m².³⁷

³⁶ Para a dimensão demográfica da freguesia, a população-base teórica a considerar como alvo para o equipamento Creche ronda as 150 crianças.

³⁷ Segundo directivas da Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, Maio de 2002 (in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002.

A acção social no âmbito das Actividade de Tempos Livres poderá não estar a ser concretizada da forma mais eficiente, uma vez que a única unidade de ATL em funcionamento - privada e com capacidade para 75 crianças e jovens - está a trabalhar com uma frequência 27% superior à sua lotação teórica.

Dada a procura que atingiu o ATL existente, e pensando nos quantitativos demográficos correspondentes a crianças e jovens a partir dos 6 anos na freguesia, julga-se apropriada a instituição de mais um ATL, sendo expectável que encontre utentes também entre a população que ocupará a área de expansão urbana.

Este novo Centro de ATL não deverá dispor de uma área menor que 750 m², possibilitando a construção de duas salas para o usufruto de 30 utilizadores³⁸.

Para servir as crianças e jovens que, segundo as projecções, acresceram à população de Lagoa até 2011, e no domínio da Solidariedade e Segurança Social, pensa-se virem a ser necessários até ao horizonte considerado mais duas unidades: uma de tipologia conjunta Creche+JI+ATL, e uma outra creche, mais pequena que aquela a criar para compensar o défice actual.

A Creche, com 4 salas, poderá vir a ser concretizada num segundo momento do plano, quando o aumento demográfico na faixa etária da população alvo o justificar. Com uma capacidade para 100 crianças, este equipamento requer uma reserva de espaço de 2000m².

O equipamento Creche +JI+ATL, cobrindo as necessidades de uma alargada população alvo num espaço único, para o qual deve ser reservada uma área de 2990m², terá capacidade para um total de 150 crianças: 35 na Creche, 75 no Jardim de Infância e 40 no ATL.

Os equipamento Creche, Jardim de Infância e Centro de ATL deverão respeitar os seguintes critérios de localização³⁹:

- Em zona central, procurando evitar-se que as crianças fiquem sujeitas a extensos trajectos diário;
- De preferência ao longo do percurso de rotina diária, próximo dos pontos de partida para os locais de trabalho;
- Em zona de acesso fácil e seguro a peões e veículos, incluindo os abastecimentos e bombeiros;
- Afastado de zonas poluídas e de fontes de ruído intenso.

Os equipamentos de Apoio à população idosa existentes em Lagoa estão bem dimensionados em função da população alvo estimada. Contudo, o Lar de Idosos está presentemente lotado, atestando, um pouco à semelhança do que se detectou em relação ao equipamento Creche, uma procura superior àquela avaliada teoricamente.

Assim, propõe-se uma subida da taxa de cobertura da população idosa pelo equipamento Lar de Idosos dos actuais 10% para cerca de 15%⁴⁰.

Tal acréscimo de cobertura poderá ser obtido através de um Lar de Idosos com capacidade para 30 pessoas, correspondendo a uma

³⁸ Segundo directivas da Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, Maio de 2002 (in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002.

³⁹ Segundo directivas da Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, Maio de 2002 (in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002, e passa-se a citar:

⁴⁰ Ou resposta social alternativa, como apartamentos para idosos com serviços comuns, hipótese que carece de validação pelo conhecimento, nomeadamente, dos graus de dependência dos eventuais utilizadores.

reserva de espaço de 960 m², não contabilizando a área exterior, que é definida caso a caso⁴¹.

O equipamento Lar de Idosos deverá localizar-se⁴²:

- Em zonas habitacionais, de acesso fácil e seguro;
- De preferência na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços;
- Em zonas com acessibilidade às estruturas de saúde;
- Afastado de zonas poluídas e de ruído intenso.

Paralelamente, propõe-se a criação de um Centro de Convívio, o mais simples dos equipamentos de Solidariedade Social de apoio à população idosa, tendo em conta as eventuais necessidades de uma futura população idosa. A premência desta valência, deverá ser proporcional às “necessidades detectadas e sensibilização da população para a utilização deste tipo de equipamentos”⁴³.

O Centro de Convívio, podendo servir 40 idosos, terá uma área de construção 160m². A área de espaço exterior define-se caso a caso.

Já foram mencionadas anteriormente, em 3.3.1.3., quais as populações alvo para as quais não existe em Lagoa resposta específica. De entre aquelas crê-se que, havendo azo à criação de novos equipamentos, a população com deficiência deveria ser contemplada pela acção social.

Os números do INE indicam-nos que na freguesia residem 58 pessoas com um grau de incapacidade superior a 60%, a esmagadora maioria dos quais em idade adulta.

A abertura de um Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) deverá justificar-se, tanto mais que este equipamento poderá servir o resto do concelho. Podendo funcionar em espaço adaptado - não necessitando, portanto, de reserva de espaço - O CAO tem como área média de instalações os 300 m² para 30 jovens ou adultos e a sua localização deve ser concordante com os seguintes critérios⁴⁴:

- Proximidade de zonas habitacionais;
- Zonas dotadas de infra-estruturas de saneamento básico, de redes de energia eléctrica, água e telefone;
- Zonas que disponham de apoio de serviços de saúde e de equipamentos gimno-desportivos;
- Locais de acesso fácil, servidos pela rede pública de transporte para deficientes;
- Afastamento de locais ruidosos e com tráfego intenso.

3.3.2.4. Segurança Pública

Entre as entidades que intervêm na realização de equipamentos de segurança pública não se contam as autarquias. Quer o levantamento de necessidades e o planeamento, quer todo o processo subsequente

⁴¹ Segundo directivas da Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, Maio de 2002 (in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002.

⁴² Segundo directivas da Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, Maio de 2002 (in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002, e passa-se a citar:

⁴³ in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002.

⁴⁴ Segundo directivas da Direcção-Geral da Solidariedade e Segurança Social, Maio de 2002 (in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002, e passa-se a citar:

de criação e manutenção cabe sobretudo ao MAI⁴⁵, em articulação com a força de segurança em causa.

Considerando a indicação, conforme dito em 1.4., de que o posto da G.N.R virá a ter novas instalações, estas devem obedecer aos seguintes critérios de dimensionamento e localização⁴⁶:

- Área total das instalações não inferior a 1200 m²⁴⁷.
- Localização em área com acessos fáceis e directos a eixos rodoviários principais e que tenham boa visibilidade para garantia de condições de segurança.

3.3.2.5. Desporto

Com base nas normas para a programação de equipamentos desportivos do Instituto Nacional do Desporto (Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto), de Maio de 2002⁴⁸, nomeadamente no que concerne às áreas de influência e às populações base, considera-se que, no curto prazo, a dotação actual da freguesia de Lagoa em equipamentos desportivos é razoável.

As tipologias que actualmente não se encontram representadas na freguesia obedecem a populações base superiores àquela esperada para a freguesia de Lagoa.

Embora já se encontre programada a ampliação do Campo de Jogos, adstrito ao Clube Desportivo local, propõe-se a criação de uma reserva de espaço para um grande Campo de Jogos Municipal a implantar a Nascente da E.S. e de um Polidesportivo a Nascente.

Um polidesportivo necessita de uma reserva de espaço de 2100m²; Para o Grande Campo de Jogos ficam reservados 48000m².

Os equipamentos desportivos deverão localizar-se⁴⁹:

- Na proximidade de equipamento escolar;
- De forma a que se integre o mais possível com outros equipamentos;
- Onde possa complementar-se com espaços verdes e áreas de recreio;
- Em posição central em relação à área residencial a servir.

3.3.2.6. Cultura

De entre os equipamentos culturais, apenas a Biblioteca usufrui presentemente de orientações ao nível de critérios de programação face a uma população base.⁵⁰

As impressões obtidas in loco apontam para um dimensionamento adequado da biblioteca existente às necessidades e ao uso da população, parecendo poder suportar o crescimento demográfico até 2011.

⁴⁵ Ministério da Administração Interna.

⁴⁶ Segundo directivas do Ministério da Administração Interna, Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações, Maio de 2002 (in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002.

⁴⁷ Acrescida de 1300 m² se o programa prever cavalos.

⁴⁸ in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002.

⁴⁹ Segundo directivas do Instituto Nacional do Desporto, Maio de 2002 (in *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, 2002.

⁵⁰ Conforme *Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas 1999*, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

Em relação às Salas de Espectáculos, e seguindo a classificação de Recintos de Espectáculos de Natureza Artística do Ministério da Cultura, considera-se pertinente a criação de mais uma Sala de Espectáculos, ou de um espaço polivalente dedicado à cultura, com, nomeadamente, área para exposições (Galeria) e palco.

Uma galeria, conforme definida pelo Ministério da Cultura, necessita de uma área de reserva de 1200m². Uma sala de espectáculos convencional obedecerá a uma reserva de espaço de 4000m². Encontrando-se programado um Auditório, julga-se haver mais a ganhar de um espaço funcionalmente misto do que de uma sala de espectáculos formal.

De resto, a eventual criação de novos equipamentos nas áreas da cultura e recreação passará por uma avaliação empírica das necessidades da população e da capacidade de resposta das estruturas actualmente em funcionamento.

3.3.2.7. Quadro Síntese dos Equipamentos Propostos

Equipamento	Unidades	Número de salas	Capacidade(1)	Áreas por unidade			Área de reserva total para equipamentos do tipo (m2)
				Área de Construção (m2)	Área Exterior (m2)	Área de reserva (m2)	
Desporto							
Grande Campo de Jogos	3	-	-	-	-	12000	36000
Polidesportivo	1	-	-	-	-	2100	2100
Educação							
EB 1, JI	2	11 (8+3)	275 crianças (200 na EB1+75 no JI)	1500	-	4200	7300
		7 (4+3)	175 crianças (100 na EB1+75 no JI)	980	-	3100	
Solidariedade e Segurança Social							
Creche+JI+ATL	1	-	150 crianças (35 na Creche+75 no JI+40 no ATL)	880 (C+JI)+480 (ATL)	1110(C+JI)+520(ATL)	1990 (C+JI)+1000(ATL)	2990
Creche	2	4	100 crianças	1000	1000	2000	5200
		8	160 crianças	1600	1600	3200	
ATL	1	2	30 utentes	360	390	750	750
Centro de Convívio	1	-	40 idosos	160	a definir	160+área exterior	160+área exterior
Lar de Idosos	1	-	30 idosos	960	a definir	960+área exterior	960+área exterior
CAO	1	-	30 utentes	300	-	não necessita	não necessita
Cultura							
Sala de Espetáculos	1	-	-	-	-	c. 4000	c. 4000
Galeria	1	-	-	-	-	c.1200	c.1200

N.B.: As áreas indicadas são as áreas mínimas contempladas nas *Normas para a Programação de Equipamentos*, DGOTDU, 2002

(1) As capacidades indicadas são as máximas admitidas

3.3.2.8. Principais Fontes

-  **DGOTDU (2002)**, *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, Lisboa;
-  **CCR Algarve (1998)**, *Os municípios do Algarve*, INE, Évora;
-  **INE (2000)**, *Estatísticas demográficas 2000*, INE, Lisboa;
-  **INE (1998)**, *Inventário Municipal 1998*, INE, Lisboa;
-  **INE (2001)**, *Recenseamento Geral da População 2001*, INE, Lisboa;
-  **INE (2001)**, *Anuário Estatístico - Região Algarve*, INE, Faro;

3.4. Estrutura Ecológica Municipal Urbana

3.4.1. Introdução

A Estrutura Ecológica Urbana (EEU) proposta para a área do plano pretende responder às mais recentes questões que se levantam sobre sustentabilidade do ambiente urbano, qualidade ambiental das populações, diversidade e qualidade cénica e paisagística do novo urbanismo e mobilidade e interacção social das populações urbanas.

Pretende-se que o espaço público urbano, contrarie a desumanização da cidade, através da formalização de paisagens urbanas equilibradas e belas, que convidem e induzam à fruição da cidade como espaço de interacção social, pela prática de formas de vida mais saudáveis e dinâmicas, pela utilização de meios de deslocação alternativos e mais amigos do ambiente, pela diversificação ecológica do meio urbano criando “lugares” de fácil leitura e compreensão pelo cidadão, promovendo a sua afectividade pela cidade e induzindo uma maior vivência do espaço livre, com evidentes benefícios para as dinâmicas locais e interacções sociais.

Com efeito a Estrutura Ecológica Municipal deve corresponder a uma explicitação dos sistemas essenciais à sustentabilidade ambiental, fundamentais para a protecção e valorização ambiental nos espaços urbanos do concelho.

3.4.2. Conceito

As indicações que constam na Carta da Estrutura Ecológica Municipal Urbana, integrada no Plano de Urbanização de Lagoa, pretendem dar resposta aos objectivos dispostos no Decreto Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, nomeadamente ao que consta nos artigos 12.º, 14.º (“Estrutura Ecológica”), 69.º, 70.º e 85.º. E à Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro, designadamente ao disposto no n.º 2 alínea e) “Carta da Estrutura Ecológica do aglomerado ou aglomerados”. Para a elaboração desta carta teve-se em consideração a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (aprovada pela Resolução do conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro).

Neste contexto, a Carta da Estrutura Ecológica Municipal Urbana de Lagoa deve constituir uma base importante no apoio a decisões de gestão urbano/territorial e na promoção de uma actuação equilibrada no domínio ambiental e paisagístico urbano, assegurando a harmonia equilibrada de valores económicos, sociais e culturais em presença.

Deste modo, a delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, tem como objectivo promover a preservação de valores naturais e ambientais essenciais ao equilíbrio sustentável para a ocupação humana, a utilização de recursos e o desenvolvimento económico. A delimitação da Estrutura Ecológica assentou nos princípios de: *Continuidade*, definido como “sistema contínuo de ocorrências naturais que constituem o suporte da vida silvestre e manutenção

do potencial genético e que contribui para o equilíbrio e estabilidade do território” (Lei nº 11/87 de 7 de Abril, Artigo 5º); *Sustentabilidade*, implica a “transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados” (Lei nº 48/98 de 11 de Agosto, Artigo 5º); *Biodiversidade*, inclui a “diversidade genética, específica de ecossistemas e a diversidade entre complexos de ecossistemas” (Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Setembro de 2001).

3.4.3. Objectivo

Na base da Carta de Estrutura Ecológica Municipal Urbana do Plano de Urbanização de Lagoa, estão preocupações relacionadas com a qualidade do ambiente, preocupações com a defesa dos ecossistemas e a intenção de criar estruturas verdes que meandrizem a cidade descontinuando a artificialidade dos ambientes excessivamente construídos.

Entende-se que, por oposição ao conceito em que os espaços densamente construídos alternam com extensas áreas livres desertas e inseguras. A paisagem global será obtida pelo equilíbrio entre os espaços construídos e pelos espaços livres, sendo este último implantado sobre as estruturas mais significativas da paisagem natural, constituindo um *continuum* natural ligando a periferia rural aos centros urbanos.

O que engloba diferentes tipologias de espaço - praças, largos, zonas desportivas, terreiros, jardins, espaços de enquadramento e protecção - devidamente hierarquizadas, enquadrando-se no conceito de Parque Linear, permitindo a sua evolução acompanhar o desenvolvimento da cidade, ou, preferencialmente, antecipar esse desenvolvimento.

A EEU proposta tem por grandes objectivos qualificar esta nova zona de expansão urbana, dotando-a de uma imagem moderna sintonizada na qualidade ambiental e no respeito pela paisagem tradicional, respeitando e valorizando as preexistências relevantes, estabelecendo a relação entre o espaço natural e o espaço edificado, concretizando o conceito de contínuo natural no ordenamento da paisagem global, na medida em que introduz no contínuo urbano um contínuo verde, que para além de funções recreativas e de amenização do ambiente urbano, desempenha funções ecológicas de extrema importância. Estas áreas, correctamente dimensionadas, serão o suporte de uma fauna e flora diversificadas e terão uma vida biológica intensa.

Tendo em conta as características específicas do aglomerado urbano e envolventes da Cidade de Lagoa, a organização do espaço aberto funciona como a linha condutora da filosofia que rege as propostas subsequentes, ao propor uma rede diversificada de espaços contrastantes e de grande qualidade, envolvendo as futuras construções e potenciando a apropriação e domínio público.

3.4.4. Espaços Verdes Urbanos: Faixas de Protecção, Parques, Jardins Urbanos, Praças, Equipamentos e Corredores de Drenagem ao Ar Livre

As áreas do espaço verde urbano público são conformadas essencialmente em praças, largos, faixas de protecção e jardins urbanos, que são o remate e acompanhamento cénico e funcional às áreas mais densamente edificadas, constituindo o suporte da vivência quotidiana de maior intensidade das populações.

São áreas de amplitude paisagística urbana de dimensões variáveis e que acompanham maioritariamente a tipologia da malha urbana, dando suporte a um alargado conjunto de actividades próprias do meio urbano, diversificadas consoante a tipologia e funções das diferentes áreas urbanas.

As faixas de protecção que acompanham as linhas de drenagem natural, situadas a Norte do aglomerado urbano e que estabelecem a ligação entre o espaço urbano e o natural, deverão ser essencialmente naturalizadas, embora integrando espaços urbanos e aproveitando o reforço da vegetação existente e/ou proposta, suportando eventuais percursos pedonais e cicloviários ao longo dos quais poderão surgir progressivamente, equipamentos de animação e lazer. No que se refere aos espaços de protecção adjacentes às vias principais existentes, pretende-se que seja formalizada uma faixa, de largura variável, com elementos arbóreos e em alguns casos, acrescentando percursos pedonais e ciclovia. Estes devem ter uma barreira de vegetação em relação à estrada, sempre que possível, de forma a tornar a sua utilização mais segura e confortável.

No que se refere aos espaços de equipamentos e corredores de drenagem ao ar livre do domínio dos grandes equipamentos desportivos e hospitalares, também integram esta estrutura, envolvendo as edificações e áreas de circulação e actividades ao ar livre.

O complexo desportivo proposto (campo de jogos de futebol e polidesportivo/ténis), a Norte do núcleo antigo de Lagoa, vem funcionar como uma área de ligação entre a malha urbana consolidada e as zonas a urbanizar propostas.

Estas estruturas devem assegurar a fluidez das ligações entre estas áreas e respectivos equipamentos, formando um *continuum* de espaços verdes. A ideia subjacente a este complexo, é que seja não um espaço fechado sobre si próprio, mas sim acessível, agradável e bem iluminado, com possibilidades de ser utilizado sem dificuldades, por todos os possíveis utentes.

Os alinhamentos arbustivos e arbóreos dos espaços canais existentes e propostos, bem como as faixas de protecção que acompanham as linhas de drenagem natural, que estabelecem corredores verdes a partir da zona de equipamentos desportivos proposta, vêm reforçar a formação de uma estrutura verde.

3.4.5. Outros Espaços Verdes Urbanos

a) Alargamentos, Alamedas Arborizadas e Logradouros

A situação de passeios largos, com espaço para um alinhamento arbóreo, encontra-se principalmente em zonas de tráfego e de mais movimento, inclusive algum comércio.

Nestas zonas o estrato arbóreo torna-se imprescindível, especialmente no verão, altura em que o calor se torna incomodativo, onde se deve definir alamedas e ruas com árvores de folha caduca, próprias para arruamentos e que conferem uma maior ligação e unidade do conjunto das ruas.

Relativamente ao Núcleo Antigo, das zonas de património com interesse existente, da rede viária existente e proposta já em execução, as dinâmicas em curso bem como as estratégias municipais para esta zona, quer pela ocupação específica quer pelas actividades e relações que originam, conformam um modelo urbano de elevado potencial a nível da qualificação ambiental e arquitectónica e da animação urbana diária.

Os logradouros privados ou de acesso condicionado existentes, contribuem para a qualidade da imagem geral, para a infiltração de água no solo e para o arejamento do meio urbano.

b) Espaços Canais e Zonas Urbanas

A estrutura verde urbana definida engloba as zonas urbanizáveis propostas, passando através dos espaços públicos e ligando-se às zonas agrícolas existentes na continuidade do perímetro urbano.

As zonas urbanizáveis propostas a renovar devem assegurar uma presença relevante da vegetação, suportar e amenizar os principais trajectos pedonais, e ter elementos de animação e composição do espaço, designadamente largos, jardins, etc. bem como comportarem mobiliário e equipamento urbano adequado.

Os espaços canais propostos devem (tal como anteriormente referido) definir no seu desenho a criação de alinhamentos de árvores, eventuais percursos pedonais e ciclovia devidamente protegidos em relação à estrada, através de uma barreira de vegetação.

Propõe-se o recuo da frente edificada das zonas urbanizáveis propostas, introduzindo um corredor verde intersticial de fruição, mantendo-se a urbanidade pretendida e aumentando o conforto e a qualidade de vida dos habitantes.

Este terceiro grupo de zonas verdes será o responsável por dar coerência à totalidade da estrutura ecológica municipal dentro do espírito global da estrutura em causa estar interligado formando bolsas e corredores ecológicos fundamentais para a coexistência de habitats naturais e qualidade da vida urbana.

3.5. Ruído . Mapas de Ruído

O Decreto-lei n.º 292/2000 de 14 de Novembro - Regime Legal sobre Poluição Sonora (Regulamento Geral de Ruído), define os conceitos de “Zonas Sensíveis” e “Zonas Mistas” para as quais são estabelecidas medidas gerais de prevenção e controlo de poluição sonora.

De acordo com aquele diploma constata-se que todas as zonas predominantemente habitacionais existentes (HBC 1, HBC 2, HBC 3, HBC 4, HBC 5, HBC 6 e HBR 1) se constituirão como zonas mistas.

Estas zonas urbanas existentes carecem de planos municipais de redução de ruído (Art.º 6.º) uma vez que se verificam níveis superiores aos admitidos nas proximidades das principais artérias confinantes, com tendência para aumentar conforme se verifica na simulação para 2013 se forem mantidas as condições hoje existentes.

As zonas de expansão predominantemente habitacionais (HBE 1 a HBE 7) serão também de acordo com o plano “Zonas Mistas”. Nestas zonas o ruído provocado pelo tráfego de passagem, nas vias envolventes tais como a EN 125, acesso da EN 125 à A22 e Acesso Norte a Lagoa, é reduzido em função dos corredores “non aedificandi” estabelecidas ao longo destes troços.

(Em anexo Mapas de Ruído e Relatório).

3.6. Infraestruturas

3.6.1. Estrutura Viária Principal

Actualmente a relação de Lagoa com o exterior faz-se como já foi referido segundo dois eixos rodoviários.

Eixo Nascente/Poente . EN 125 - Faro/Portimão

Eixo Norte/Sul . EN 124-1 - Silves/Carvoeiro

Enquanto a EN 125 mantém um atravessamento da Cidade no sentido Nascente/Poente muito claro, a sua dupla função no troço de Lagoa -

atravessamento e distribuição (em três nós) - provoca situações de escoamento muito lento em período de ponta.

O atravessamento de Lagoa no sentido Norte-Sul é complicado para o tráfego motorizado, os percursos ocorrem em vias urbanas heterogêneas na sua geometria, indirectas e com muitos pontos de conflito.

Com a construção da A22 (Via do Infante) o nó de Lagoa/Silves, irá alterar substancialmente a chegada a Lagoa. A entrada em Lagoa (Direcção Silves), ganhará a importância de principal acesso.

O ramo de ligação do Nó da Via do Infante à EN 125, procurará impor-se como ramo principal na relação entre aquelas duas vias. Porém, se as dificuldades de atravessamento do troço de Lagoa da EN 125, não se alterarem é provável que parte do trânsito que se dirige, de e para Nascente procure atravessar Lagoa pelo seu eixo Nascente trazendo para o interior da Cidade outros pontos de conflito.

Nesta perspectiva e nesta fase de trabalho, e com o objectivo de minimizar os impactes da Via do Infante e da expansão da Cidade, a proposta integra designadamente duas intervenções:

- Transformar em rotundas exclusivamente urbanas os três nós existentes no troço da EN 125, afastados de aproximadamente 500 m.

Com esta proposta procurava-se:

- Melhorar a relação Norte/Sul da Cidade
- Melhorar a fluidez de atravessamento da Cidade, com entradas e saídas em mão.
- Criar uma entrada por Norte, com características urbanas desafogadas (Alameda) que constitua uma imagem simbólica e que simultaneamente possa drenar o tráfego para Poente, com um papel semelhante a uma circular interna que servisse a área de crescimento e que obstasse a que o tráfego de passagem se envolvesse na zona urbana mais antiga e mais problemática.
- Perfis transversais da rede viária principal (ml)

VIAS	PASSEIOS	SAPARADORES	RODAGEM		ESTACIONAMENTOS
	ADJACENTES		DUPLA	SIMPLES	
V1	3,50	3,00	6,00	-	
V2	3,50	3,00	6,00	-	3,00
V3	2,50	1,00	6,00	-	2,50
V2a,V2b,V4 a V9	2,50	-	-	7,00	5,00
V10	3,00	-	-	9,00	3,00

VIAS	PASSEIOS	SAPARADORES	RODAGEM		ESTACIONAMENTOS
	ADJACENTES		DUPLA	SIMPLES	
V11 a V14	3,00	-	-	9,00	3,00

- Os perfis das vias secundárias, internas dos loteamentos terão como mínimo as dimensões previstas na legislação em vigor.

3.6.2. Abastecimento de Água

Origem e armazenamento

Existem condições para garantir o abastecimento de água à Cidade de Lagoa e à sua expansão, com origem no “Sistema Regional do Barlavento Algarvio” e com o reforço da armazenagem no Lugar da Palmeirinha (em construção).

3.6.3. Águas Residuais Domésticas

Drenagem

Substituição das condutas unitárias ainda existentes.

Introdução por bombagem no sistema de Lagoa dos resíduos da urbanização no extremo Poente da Cidade.

A drenagem das zonas de expansão de Actividades Económicas implica novas bombagens ou redimensionamento das existentes.

Destino Final

As novas áreas de expansão exigem o aumento da capacidade da ETAR de Lagoa (programada).

3.6.4. Águas Residuais Pluviais

O aumento de áreas impermeabilizadas na bacia Poente de Lagoa implica o redimensionamento das passagens hidráulicas ou novas PH sob a Estrada Nacional.

Manutenção e limpeza das passagens hidráulicas sob a EN a Sul. Manutenção e limpeza das valas a céu aberto existentes.

3.6.5. Resíduos Sólidos Urbanos

Extensão do sistema existente.

3.6.6. Infraestruturas de Energia Eléctrica

A expansão da rede será sujeita a licenciamentos por zonas a pormenorizar.

As redes de alimentação serão objecto de projectos a apresentar à entidade distribuidora local (EDP - Distribuição S.A., Centro de Distribuição de Faro) e derivadas das existentes.

As redes de média tensão (MT) à tensão de 15KV ou 30KV alimentarão postos de transformação de distribuição (PTD) que terão por fim a alimentação em baixa tensão dos consumidores particulares e implantados na zona.

Os traçados destas redes objecto de consulta e parecer do acima referido Centro de Distribuição, serão efectuados em cabo subterrâneo, enterrado em valas, projectadas para receberem em simultâneo os cabos de média e baixa tensão.

A rede de baixa tensão será constituída por cabos subterrâneos que alimentarão a iluminação pública e a distribuição de energia a consumidores particulares.

Caberá ao distribuidor local o parecer e a sujeição a aprovação dos estudos subsequentes, Plano de Pormenor ou Loteamentos.

3.6.7. Infraestruturas para Telecomunicações

As infra-estruturas para telecomunicações visam servir de suporte às redes de telefones e de TV por cabo. Deverão ser do tipo subterrânea e obedecer aos critérios regulamentares e uso no espaço de rede da cidade.

No momento oportuno deverão ser criadas as canalizações em tubos adequados para receber os cabos multifilares (em cobre) da rede telefónica e também os cabos de TV cabo.

Deverão ser deixados nas vias principais e de distribuição as reservas para interligação das redes telefónicas em cabo de fibra óptica.

3.6.8. Gás Natural

Dotar as áreas de expansão de condições para o abastecimento com gás natural.

3.7. Faseamento

Prevê-se que o plano tenha uma vigência de dez anos.

A implementação será faseada em função de duas ocorrências recentes, a construção da A22 (Via do Infante) com o nó Lagos/Silves e a construção da nova EB 2,3 na sub-unidade de planeamento e gestão HBE 4.

A opção do faseamento fundamenta-se ainda na necessidade de produção de solo urbano destinado a actividades económicas.

As operações de substituição e de renovação do edificado, nas áreas urbanas habitacionais consolidadas e de renovação são operações pontuais que ocorrerão durante toda a vigência do plano.

As sub-unidades operativas de planeamento e gestão de áreas de actividades económicas susceptíveis de renovação (AER 1 e AER 2) deverão ser objecto de estudo global e integradas na 1ª Fase de implementação.

A Câmara Municipal de Lagoa adoptará este faseamento como princípio e ajustá-lo-á quando as condições de implementação se alterarem ou se revelarem mais adequadas.

1ª Fase (4 anos)

SUOPG - Habitacionais

HBE 4 (já construída a EB 2,3), HBE 5 e HBE 1

SUOPG - Actividades Económicas

AEE 2, AEE 3, AER 1 e AER 2

2ª Fase (3 anos)

SUOPG - Habitacionais

HBE 3 e HBE 6

SUOPG - Actividades Económicas

AEE 1, AEE 4 e AEE 5

3ª Fase (3 anos)

SUOPG - Habitacionais

HBE 2 e HBE 7

3.8. Execução

Compete aos Plano de Pormenor ou Projectos de Loteamento a estruturação das acções de perequação compensatórias a desenvolver na sua área de intervenção.

O P.U. de Lagoa estabelece em sede de regulamento os critérios que constituirão o suporte para a elaboração do processo de gestão a aplicar nos subseqüentes Plano de Pormenor ou Projectos de Loteamento.